

Circuitos

Turismo social, escritas,
movimientos e circularidades

Volume 1 | Setembro de 2026 | SESC DF





SESC DF 2026

[detentor dos direitos autorais]



CRÉDITOS INSTITUCIONAIS SESC-DF

José Aparecido Freire

Presidente da Fecomércio-DF

Valcides de Araújo Silva

Diretor Regional do Sesc-DF

Cintia Gontijo de Rezende

Diretora de Programas Sociais do Sesc-DF

Janderson Evans Gonçalves Neves

Diretor Administrativo e Financeiro do Sesc-DF

Barbara Alizia Alves Sales

Diretora de Serviços

Nicole Ferreira Facuri

Gerente de Turismo Social do Sesc-DF

CRÉDITOS INSTITUCIONAIS ISTO

Alberto López Chaves,

Presidente da ISTO Américas

Verónica Gómez Aguirre

Diretora da ISTO Américas

CONSELHO CIENTÍFICO

Dra. Ângela Teberga de Paula

Universidade de Brasília

Dr. Antonio Carlos Castrogiovanni

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dra. Christianne Luce Gomes

Universidade Federal de Minas Gerais

Dra. Erica Schenke

Universidad Nacional del Sur

Dr. Ernest Cañada Mullor

Universidad de las Islas Baleares

Dr. Humberto Thomé Ortiz

Universidad Autónoma del Estado de México

Dra. Kerlei Eiele Sonaglio

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Dr. Luciano Torres Tricárico

Universidade do Vale do Itajaí

Dr. Marcelo Vilela de Almeida

Universidade de São Paulo

Dra. Marutschka Martini Moesch

Universidade de Brasília

Dra. Senia Bastos

Universidade Anhembi Morumbi

Dra. Susana Gastal

Universidade do Vale do Itajaí

EQUIPE EDITORIAL

Editor: Susana Gastal

Suporte: Tathiana de Alcantara Macedo

Projeto gráfico: Eska Design

Editoração e diagramação: Eska Design

Revisão: Andreia Dalla Colletta

Catálogo:



Bibliotecário: Mário Sérgio Leandro



missão

A Revista **CIRCUITOS: turismo social, escritas, movimentos e circularidades** tem como missão incentivar e dar visibilidade à produção científica e às práticas consistentes em diferentes âmbitos socio-culturais e territoriais, que tenham como foco o turismo socialmente comprometido, conforme diretrizes do Serviço Social do Comércio no Distrito Federal [Sesc/DF], que desde 1996 contempla o turismo social entre suas ações, associando-o à assistência social, à educação, à saúde, ao esporte e ao lazer, à alimentação e à restauração.

sumário

- 6** **EDITORIAL**
- 8** **INSTITUCIONAL II**
- 11** **Cidades, inteligências e turismo: tecnologias sociais como recurso analítico da urbanidade contemporânea**
Por Thiago Allis e João Alcantara de Freitas
- 20** **Diretrizes do turismo social do Sesc-RJ alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**
Por Ana Lúcia Reis de França, Julia Menezes e Victor William Rezende dos Santos
- 29** **Cambiais e confluências: fundamentos do turismo social e acessibilidade no turismo a partir da ação de divulgação científica**
Por Michel Alves Ferreira, Rosalva Batista Alves, Elizangela Pereira de Souza Araújo e Marivania Freitas Lima Pereira
- 34** **Turismo social como instrumento de acesso ao lazer entre adolescentes em acampamento socioeducativo**
Por João Vitor Brito Araújo, Mariana Lucas Lima, Caroline Marques Lima e Angela Teberga de Paula
- 41** **Turismo social e o Festival Folclórico de Parintins: estudo da excursão realizada pelo turismo social SESC-DF**
Por Ana Clara Diniz de Sousa
- 52** **Inversão simbólica e turismo social: a patrimonialização do Sururu no Estado de Alagoas**
Por Ernani Viana da Silva Neto e Susana Gastal
- 62** **O turismo social e a democratização da experiência turística**
Por Rafael Rodrigues Sobreira de Souza e Fábio William da Silva Pereira

- 67** **Mães atípicas no turismo social: diversidade e inclusão através do lazer**
Por Beatriz Esperança Neves, Bárbara Sant´Anna Bizarro e Vitor Lupi Monteiro Garcia
- 74** **Turismo social no DF - vivendo Brasília para além do tempo de trabalho**
Por Emily Gabriela Silva Dos Santos, Karolina Martins de Sousa Machado e Angela Teberga de Paula
- 80** **“O que tem lá pra conhecer?”, “Não tem nada, apenas ódio, vingança e inveja”. Experiências de turismo social em Brasília promovidas por um projeto universitário**
Por Angela Teberga de Paula, Marcelo Vilela de Almeida, Emily Gabriela Silva Santos e Evandro Ribeiro da Silva
- 90** **Itinerários de resistência: turismo de base comunitária no Estado de São Paulo**
Por Fernanda Alves Vargas e Julia Parpulov Augusto dos Santos
- 98** **Projeto aceleração de rotas turísticas sociais**
Por Geyza Antonia de Souza Ribeiro e Jonivaldo Lopes Santos
- 105** **Oficina de turismo social Viver São Paulo (USP60+ | EACH | USP)**
Por Marcelo Vilela de Almeida
- 112** **Projeto de extensão Turismo Social no DF (CET/UnB): avanços e desafios**
Por Emily Gabriela Santos, Gabriel Rahone dos Santos Machado e Gabriela da Cunha Ferreira
- 121** **A prática do turismo social no Sesc-DF: horizontes para um turismo possível**
Por Tathiana de Alcantara Macedo Daou
- 130** **ENTREVISTA**



editorial

A revista **Circuitos: Turismo Social, Escritas, Movimentos e Circularidades** nasceu e se insere na família Sesc-DF, compartilhando os mesmos valores institucionais: acolhimento, integridade, diversidade, excelência, sustentabilidade e inovação. A publicação conta com a parceria da Organização Internacional de Turismo Social – ISTO, por meio de sua Secretaria para as Américas, fortalecendo sua inserção em uma rede internacional dedicada ao Turismo Social e ampliando as possibilidades de circulação e intercâmbio de conhecimentos e experiências entre diferentes territórios.

No mesmo espírito, a revista Circuitos tem como missão incentivar e dar visibilidade à produção científica e às práticas consistentes em diferentes âmbitos socioculturais e territoriais que tenham como foco o turismo socialmente comprometido, conforme diretrizes do Serviço Social do Comércio no Distrito Federal – Sesc-DF, que desde 1996 contempla o Turismo Social entre suas ações, associando-o à educação, cultura, assistência social, saúde, esporte e ao lazer.

Nesta edição inaugural estão reunidos os trabalhos mais bem avaliados no I e no II Congresso de Turismo Social Sesc DF, realizados respectivamente em 2023 e 2024. Divididos em relatos de pesquisa e relatos de experiências, estão quinze narrativas centradas na apresentação e discussão sobre como um turismo socialmente comprometido pode contribuir para que as viagens e o lazer se tornem, de fato, um direito de todos os cidadãos e cidadãs brasileiras.

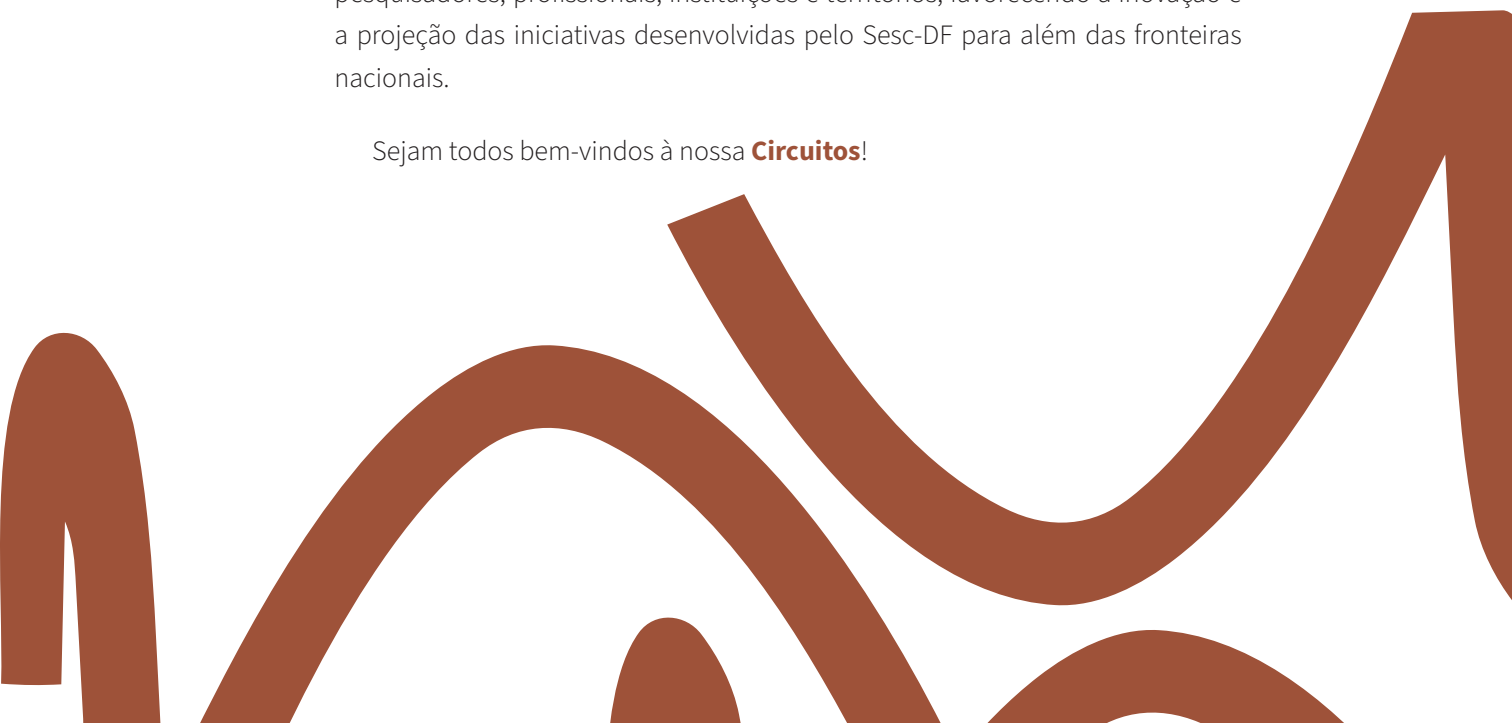
Os relatos de pesquisa aprofundam questões como as tecnologias sociais e a urbanidade contemporânea, o Turismo Social em seu alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a acessibilidade, as manifestações e expressões culturais e a integração de grupos sociais e economicamente periféricos. Em todos eles, como questão de fundo, está a busca pela democratização da experiência turística e do lazer.

Os relatos de experiência nos trazem especialmente trabalhos realizados pelo Sesc em diferentes pontos do Brasil, como por exemplo, com mães atípicas, com vistas ao acolhimento dessas cuidadoras, muitas vezes desassistidas em seus cotidianos. Outros relatos apresentam parcerias entre o Sesc e entidades de extensão universitária, demonstrando resultados potentes e apontando caminhos com forte potencial para a utilização do turismo como ferramenta de acesso à cidade, ao lazer e à cultura.

Portanto, esta primeira edição da Revista Circuitos: Turismo Social, Escritas, Movimentos e Circularidades indica os caminhos aos quais a revista se propõe na divulgação e popularização da ciência, abrindo as portas do Sesc-DF, mas também da academia, para um maior diálogo com a sociedade e reconhecendo a importância fundamental do turismo e do lazer para a concretização de sociedades mais justas e incluídas.

A parceria com a Organização Internacional de Turismo Social – ISTO, referência mundial no tema, fortalece a inserção do Sesc-DF no cenário internacional do Turismo Social, ampliando conexões estratégicas, intercâmbio de conhecimentos e acesso a experiências e boas práticas globais. Essa articulação aproxima pesquisadores, profissionais, instituições e territórios, favorecendo a inovação e a projeção das iniciativas desenvolvidas pelo Sesc-DF para além das fronteiras nacionais.

Sejam todos bem-vindos à nossa **Circuitos!**





institucional II

Conectar conhecimentos, fazer circular aprendizados, construir juntos

O lançamento de **Circuitos: Turismo Social, Escritas, Movimentos e Circularidades** representa uma nova oportunidade para refletir, compartilhar e construir conhecimento sobre o Turismo Social. Para a Organização Internacional de Turismo Social (ISTO), por meio de sua Secretaria para as Américas, participar desta iniciativa significa também colocar em prática uma das funções essenciais de uma rede: conectar conhecimentos, experiências e pessoas para gerar novos aprendizados e possibilidades de ação.

O Turismo Social é um conceito em constante evolução. E não poderia ser diferente, porque o turismo é, antes de tudo, um fenômeno social. À medida que nossas sociedades se transformam, mudam também as formas como vivemos, nos relacionamos, nos deslocamos e desfrutamos de nosso tempo livre. Transformam-se as necessidades das pessoas, as relações com os territórios e as comunidades e os desafios que precisamos enfrentar.

Isso não significa abandonar os princípios que historicamente sustentam o Turismo Social. Significa mantê-los vivos e sermos capazes de interpretá-los à luz de novas realidades. O acesso ao turismo e ao lazer continua sendo uma questão fundamental. Mas nossas perguntas se ampliaram. Hoje, precisamos perguntar também: quem participa? Quem decide? Quem se beneficia? Qual é o lugar das comunidades? Que transformações o turismo é capaz de gerar e o que permanece nos territórios?

Novas perguntas não substituem necessariamente as anteriores. Elas ampliam nosso olhar e nos desafiam a continuar aprendendo.

E, se o Turismo Social está em constante evolução, o conhecimento que o acompanha também precisa evoluir. Precisamos pesquisar, observar, experimentar

e sistematizar práticas, criando condições para que conhecimentos produzidos em diferentes espaços possam se encontrar, dialogar e circular.

É justamente aqui que uma rede pode fazer a diferença.

A ISTO reúne atores que, a partir de diferentes realidades, territórios e responsabilidades, compartilham uma visão humanista e social do turismo. Mas o valor de uma rede não está apenas em reunir organizações. Uma rede ganha sentido quando é ativada: quando cria conexões, aproxima experiências, faz circular conhecimentos e permite transformar desafios comuns em oportunidades de cooperação. A trajetória construída entre a ISTO Américas e o Sesc DF demonstra esse processo. Os encontros proporcionados pelo Congresso de Turismo Social permitiram aproximar perspectivas e fortalecer vínculos. Hoje, com o Sesc DF integrando a rede da ISTO, **Circuitos** representa mais um passo nessa trajetória: passar do encontro e da troca para a construção conjunta.

Esse percurso também dialoga com o **Encontro das Américas de Turismo Social**, realizado em Florianópolis em 2025, quando uma chamada acadêmica de alcance continental permitiu reunir pesquisas e reflexões produzidas em diferentes contextos da região. Experiências como essas reforçam nosso desafio de criar mais pontes entre quem produz conhecimento sobre Turismo Social e quem pode utilizá-lo.

Para a ISTO, democratizar o conhecimento significa mais do que torná-lo disponível. Significa contribuir para que ele possa ser acessível, compreendido, compartilhado e utilizado por públicos diversos. Se o Turismo Social promove acesso e inclusão, acreditamos que o conhecimento sobre Turismo Social também deve buscar ser acessível e inclusivo.

Isso implica reconhecer que o conhecimento não é produzido em um único lugar. Ele se constrói nas universidades e nos centros de pesquisa, mas também nas organizações, na gestão de programas, nas políticas públicas, nas comunidades e nos territórios. Por isso, não se trata de escolher entre conhecimento acadêmico e conhecimento produzido a partir da prática. O desafio é fazê-los dialogar.





A pesquisa pode nos ajudar a compreender e avaliar melhor nossas práticas; a experiência pode trazer novas perguntas para a pesquisa.

A circulação desse conhecimento também nos permite ampliar perspectivas. Queremos que experiências e reflexões produzidas no Brasil possam dialogar com outros contextos das Américas e que os aprendizados construídos em outros países da região possam enriquecer, por sua vez, as reflexões e práticas brasileiras. Não para replicar modelos. Nossos territórios, comunidades e realidades são diversos. Conectar não significa replicar; significa conhecer, adaptar e inspirar novas respostas.

É nesse sentido que celebramos o nascimento de **Circuitos**.

Aspiramos a que a revista se consolide progressivamente como um espaço de encontro entre pesquisa e prática, reflexão e experiência, Brasil e Américas; um espaço capaz de colocar conhecimentos em circulação e, a partir deles, gerar novas conexões, perguntas e aprendizados.

Este primeiro número é um ponto de partida. Seu percurso será construído pelas pessoas, experiências e debates que encontrem em suas páginas um espaço para compartilhar, questionar e aprender.

Da ISTO Américas, celebramos este início e agradecemos ao Sesc DF pela confiança e pela oportunidade de construirmos juntos esta nova iniciativa.

Porque uma rede se fortalece quando o conhecimento circula. E o conhecimento ganha verdadeiro valor quando nos ajuda a compreender melhor nossas realidades e a transformar nossa maneira de agir.

Verónica Gómez

Diretora para as Américas

Organização Internacional de Turismo Social

ISTO Américas

CIDADES, INTELIGÊNCIAS E TURISMO:

TECNOLOGIAS SOCIAIS COMO RECURSO ANALÍTICO DA URBANIDADE CONTEMPORÂNEA

Por Thiago Allis e João Alcantara de Freitas



Este relato tem como objetivo explorar o processo de pesquisa do projeto ‘A inteligência emana da cidade: valor estratégico das tecnologias sociais na gestão urbana contemporânea’, desenvolvido entre novembro de 2021 e dezembro de 2022, com o apoio do Edital de Apoio a Projetos Integrados de Pesquisa em Áreas Estratégicas [PIPAE] da Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação da Universidade de São Paulo. A equipe esteve formada por quatro docentes de diferentes unidades da USP, três bolsistas de iniciação científica e um pesquisador em estágio pós-doutoral.

O principal objetivo da pesquisa foi o de estudar os conceitos e as práticas de cidades inteligentes numa perspectiva crítica, buscando um entendimento mais amplo sobre o tema e, como consequência, apontar para políticas públicas inclusivas. Em particular, como um dos objetivos do projeto, buscou-se caracterizar práticas de turismo urbano de natureza comunitária em São Paulo, a partir dos preceitos de tecnologia social, em contraposição ao ideário de cidade inteligente, dominante na literatura e no discurso público.

Se, tradicionalmente, o conceito de *smart city* é pautado na implementação de Tecnologias de Informação e Comunicação [TICs]¹, a intenção desta pesquisa era a de, com base nessas experiências, argumentar que é possível vislumbrar um modelo de cidade inteligente mais igualitário, tendo como base o uso e a reprodução de tecnologias sociais.

Tecnologia social é um conceito latino-americano que se refere a todo o processo, método ou ferramenta capaz de solucionar um problema social e que atenda aos requisitos de simplicidade, baixo custo, facilidade de replicação e comprovado impacto social. Além disso, a tecnologia social aponta para processos políticos que criam oportunidades para redefinir os arranjos entre grupos sociais, artefatos e métodos usados na vida cotidiana².

¹Greenfield, 2013; Hollands, 2008; Wiig, 2016.

²Pozzebon & Fontenelle, 2018; Dagnino, 2019.

Para tanto, buscou-se olhar para zonas não centrais na cidade de São Paulo e identificar coletivos onde houvesse alguma atividade que dialogasse com práticas turísticas, o que, ao longo da pesquisa, convencionou-se chamar de ‘turismo alternativo’³. Seguindo o previsto no projeto, trabalhou-se com três coletivos, assim qualificados e localizados em diferentes zonas de São Paulo: (a) Quilombaque e a Agência de Queixadas, prática de “turismo de resistência”, com origem e atuação em Perus, Zona Noroeste; (b) Grupo Ururay, coletivo que atua na preservação cultural do bairro de Penha de França, Zona Leste; (c) Acolhendo em Parelheiros, grupo de agroturismo de base comunitária e outros projetos sociais, atuante em Parelheiros, Zona Sul.



Figura 1:

XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX.

Fonte: Dados de pesquisa.

Geralmente, entende-se turismo social como aquele fomentado pelo Estado ou por entidades da sociedade civil com objetivos claramente definidos de recuperação psicofísica e de ascensão sociocultural dos indivíduos, de acordo com os preceitos da sustentabilidade, que devem estender-se às localidades visitadas⁴.

Nessa chave, a pesquisa em tela se assentou no pressuposto de Minnaert et al. (2011), que apontam que ‘turismo social’ se tornou um termo guarda-chuva para diferentes expressões desse fenômeno gerador de tensões, bem como das contradições nas diferentes interpretações e motivações.

³Gard McGehee, 2002

⁴Almeida, 2001.

Metodologia

A pesquisa parte do princípio de que os interstícios dos espaços e práticas urbanos proporcionam um conjunto de elementos para discutir inteligência social, turismo e a própria vida social urbana. Por isso, tem-se como enfoque empírico deste projeto o estudo de práticas de turismo urbano emergentes, que nascem e se difundem fora do *mainstream* do turismo convencional, ou seja, pela iniciativa de grupos sociais organizados e geralmente enraizados em comunidades periféricas.

Buscou-se, essencialmente, acompanhar os fenômenos – incluídos seus sujeitos, processos e relações espaço-temporais – quando eles acontecem. Por isso, em linhas gerais, a pesquisa buscou uma afiliação aos métodos da antropologia, em que pese o emprego adaptado de etnografias em uma perspectiva multissituada, ou seja, identificar padrões ou repetições de certas questões em contextos urbanos distintos, mas sempre nas bordas da cidade, em realidades não-centrais da cidade de São Paulo. Das ferramentas de pesquisa, destacam-se: pesquisa bibliográfica fundamental; observações e registros de campo; entrevistas em profundidade gravadas; oficinas de audiovisual e uso de registros audiovisuais.

O uso do audiovisual como instrumento de pesquisa é o que particulariza esta pesquisa. A intenção era a de não pesquisar os coletivos, mas *com* os coletivos. Isso porque se entende que a produção audiovisual feita pelos membros dos coletivos poderia ser útil para os próprios coletivos, tal como produziria dados para a pesquisa. Paralelamente, produziu-se um vídeo síntese do projeto e que registra uma espécie de *making of* das oficinas.

Por fim, em outra frente da pesquisa, de caráter mais institucional, foram levantadas e esmiuçadas as políticas públicas direcionadas para a constituição de São Paulo como cidade inteligente, partindo-se de material disponível publicamente (documentos, planos, programas, entrevistas, documentários, etc.), bem como houve a geração de dados primários a partir de entrevistas com agentes diretamente envolvidos com a produção dessas políticas. O objeto proposto, com isso, foi o de *(re)construir um discurso e entender os conteúdos*

das ações de promoção de políticas de cidade inteligente, pela perspectiva de seus agentes públicos diretamente e indiretamente envolvidos com as ações em curso na cidade.



Figura 2: Karina Góes entrevista Marina Camargo (Planta Feliz, Parelheiros).
Fonte: Acervo da pesquisa.

Resultados: um breve panorama

A pandemia de Covid-19 – e todos os seus rebatimentos – impôs novos desafios para os coletivos e para as comunidades em que eles estejam inseridos. Com a necessidade do isolamento social, as práticas relacionadas ao turismo precisaram ser interrompidas, trazendo algumas incertezas. Um exemplo é o que aconteceu com grupo do Acolhendo em Parelheiros. Por envolver cerca de uma dezena de produtores rurais, a articulação se torna mais complexa e demandaria mais tempo. Quando eclode a pandemia, o grupo estava em um momento importante de estruturação das atividades e a sua repentina interrupção, bem como todas as demandas mais emergenciais da pandemia, atrasaram seus planos.

Ao analisar a dinâmica desses coletivos durante e após a pandemia, foi possível compreender o impacto que a crise sanitária teve sobre suas práticas turísticas. Além disso, a pesquisa contribuiu para identificar as estratégias adotadas pelos coletivos para enfrentar os desafios impostos pela

pandemia e como essas estratégias podem servir como referência para outras iniciativas semelhantes.

Como indicado, o turismo era um operador analítico bastante importante desta pesquisa, não sem referir a suas interfaces com processos urbanos no contexto paulistano. Um dos critérios para as escolhas dos territórios e sujeitos que seriam objeto da pesquisa foi justamente o fato de estarem desenvolvendo alguma atividade que dialogasse com a dinâmica do turismo: *tours*, visitas guiadas, experiências, hospedagens, mesmo que distantes dos conceitos e práticas clássicas, aceitas pelos cânones teóricos consagrados.

O grupo Ururay, na busca pela preservação da memória e do patrimônio cultural da zona Leste de São Paulo, promove ações de visitas guiadas pelo território e participa da Missa Inculturada Afrobrasileira, celebrada no primeiro domingo do mês. A Comunidade Cultural Quilombaque contribuiu para que o bairro de Perus fosse considerado como Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem e com a criação da Agência Queixadas de Desenvolvimento Eco Cultural Turístico tem promovido visitação aos diversos pontos de interesse no Museu Territorial Tekoa Jopó'i. Por fim, em Parelheiros, os pequenos produtores rurais têm buscado replicar a metodologia de trabalho do projeto “Acolhida na Colônia”⁵, que se mostrou bastante virtuosa em Santa Catarina.

⁵Sobre o Acolhida na Colônia, ver Cunha Lima e Silva (2019).



Figura 3: XXXXXXXXX.
Fonte: XXXXXXXXX.



Figura 4:

Encontro com Ururay, no bairro Penha de França.

Fonte: Arquivo da pesquisa.

Há certa cautela em categorizar tais atividades como turismo, uma vez que são destinadas principalmente para moradores da cidade de São Paulo. Nos parâmetros conceituais da Organização Mundial de Turismo (OMT), para ser considerado como turista, é necessário residir em outro município. No âmbito desta pesquisa, há a predileção por compreensões que valorizem aspectos como o estranhamento que o sujeito experiencia ao movimentar-se e de que o turismo resulta da divisão binária entre o ordinário e extraordinário⁶.

Considerações finais

Este projeto nasceu de uma ousadia, qual seja, atender ao chamado de um edital, a partir da contestação das ideias e teorias consagradas sobre cidades inteligentes. Apesar da implantação de soluções tecnológicas digitais serem dominantes na literatura e nas práticas de cidades inteligentes, partiu-se da hipótese de ser possível *identificar outras inteligências emanando da cidade*, para além (ainda que sem desconsiderar) das soluções digitais (conectividade, comunicação virtual, emprego de *apps* e outros). E, em uma busca

⁶Gastal & Moesch, 2007; Urry, 2007.

mais específica, assumiu-se que as práticas alternativas de turismo urbano – frequentemente situadas à margem do que convencionalmente se entende como turismo urbano, inclusive nas políticas públicas – poderiam constituir espaços de produção dessa inteligência, ilustrando e pondo à vista outros saberes que articulam a vida urbana.

Assim, o trabalho buscou se concentrar no conceito de *tecnologias sociais* como anteparo de referência, na expectativa de que não apenas novos vocabulários, senão sentidos políticos de cidade, poderiam ser identificados, registrados, sistematizados e discutidos. E tudo isso pela via das práticas turísticas, em que pesem fluxos de pessoas em geral do centro para as periferias, *loci* de existência e operação dos coletivos aqui selecionados.

Além dos resultados aqui apresentados e as entregas de diferentes naturezas e dimensões, este projeto oportunizou experimentação teórica e metodológica. O uso do audiovisual abre novas possibilidades de coleta e análise de dados, tal como nos incentiva a encontrar formas mais acessíveis de difundir os resultados da pesquisa. A iniciativa de *não pesquisar os sujeitos*, mas de *pesquisar com os sujeitos*, possibilita empurrar os limites da produção científica, incorporando visões mais orgânicas acerca dos problemas de pesquisa, bem como tende a complexificar os olhares dos pesquisadores.



Figura 5: XXXXXXXXX.
Fonte: XXXXXXXXX.

Referências

- Almeida, M. V. de. (2001). *Turismo Social: por uma compreensão mais adequada deste fenômeno e sua implicação prática na realidade atual brasileira*. Dissertação, PPG em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, Brasil.
- Cunha Lima, F. B., & Silva, Y. F. (2019). Turismo Comunitário e desenvolvimento local: uma revisão integrativa sobre a Acolhida na Colônia. *Caderno Virtual De Turismo*, 19(2), 3-13. <https://doi.org/10.18472/cvt.19n2.2019.1443>
- Dagnino, R. (2019). *Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas*. Campinas, SP: Portal de Livros de Acesso Aberto. DOI: 10.20396/ISBN9788578791810.
- Gard McGehee, N. (2002). Alternative tourism and social movements. *Annals of Tourism Research*, 29(1), 124-143.
- Gastal, S., & Moesch, M. M. (2007). *Turismo, Políticas Públicas e Cidadania*. São Paulo: Aleph.
- Greenfield, A. (2013). *Against the Smart City: a pamphlet*. Nova York: Guillemí.
- Hollands, R. G. (2008). Will the real smart city please stand up? Intelligent, progressive, or entrepreneurial? *City*, 12(3), 303-320. <https://doi.org/10.1080/13604810802479126>
- Minnaert, L., Maitland, R., & Miller, G. (2011). What is social tourism? *Current Issues in Tourism*, 14(5), 403-415. DOI 10.1080/13683500.2011.568051
- Pozzebon, M. & Fontenelle, I. A. (2018). Fostering the post-development debate: the Latin American concept of technology social. *Third World Quarterly*, 39(9), 1750-1769. <https://doi.org/10.1080/01436597.2018.1432351>
- Urry, J. (2007). *Mobilities*. Cambridge: Polity Press.
- Wiig, A. (2016). The empty rhetoric of the smart city: from digital inclusion to economic promotion in Philadelphia. *Urban Geography*, 37(4), 535-553. <https://doi.org/10.1080/02723638.2015.1065686>

Thiago Allis – Doutor. Professor associado na Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. Bolsista CNPq Produtividade. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8352597486424889> | E-mail: thiagoallis@usp.br

João Alcantara de Freitas – Doutor. Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade de São Paulo, com bolsa do edital de Projetos Integrados de Pesquisa em Áreas Estratégicas. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9540497515511545> | E-mail: joaofreitas@id.uff.br

DIRETRIZES DO TURISMO SOCIAL DO SESC/RJ

ALINHADAS AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

*Por Ana Lúcia Reis de França, Julia de Menezes Machado
e Victor William Rezende dos Santos*



Introdução

O Turismo Social do Serviço Social do Comércio – Administração Regional do Rio de Janeiro [TS Sesc/RJ] atua como agente de transformação socioeconômico com foco na inclusão e no desenvolvimento sustentável da atividade turística. Sendo o Brasil signatário da Agenda 2030, esse segmento apresenta um importante papel para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS].

Os 17 ODS da Agenda de 2030 representam um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o Planeta e garantir que as pessoas alcancem paz e prosperidade, tendo como ambição *não deixar ninguém para trás* no propósito de implementar ações de forma colaborativa¹. Os Objetivos consideram, de forma equilibrada, as três dimensões para o Desenvolvimento Sustentável: econômica, social e ambiental. Estruturam-se, também, em cinco princípios que visam a: parcerias, paz, pessoas, planeta e prosperidade.

Nesse contexto, o Turismo Social é um importante aliado para o alcance dos ODS, visto que suas atividades compreendem iniciativas turísticas e educativas que permitam a realização plena das potencialidades de cada indivíduo como pessoa e cidadão, o respeito pela região turística, conscientização do consumo não discriminado, preços justos e acessíveis, integração de pessoas e visitação de lugares pouco conhecidos².

O conceito do Turismo Social está voltado à garantia de acesso e ao direito ao lazer das pessoas economicamente vulneráveis, de forma justa e sustentável. Hoje atua também na inclusão social de forma mais ampla: o turismo para todos³. De acordo com a segmentação turística do Ministério do Turismo⁴, trata-se de agente propagador de diversos benefícios sociais, ao promover a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão.

O Sesc é uma instituição sem fins lucrativos que promove o Turismo Social no Brasil desde 1948 e tem como objetivos principais democratizar o acesso ao turismo, promover o desenvolvimento turístico ético e sustentável e contribuir para o desenvolvimento dos destinos⁵. Assim, com base nesses

¹ ONU, 2015.

² França, Machado, & Souza, 2021.

³ OITS, 2018.

⁴ MTur, 2006.

⁵ Brasil, MTur, 2019.

fundamentos, para o presente estudo busca-se investigar como o segmento Turismo Social, executado pela Instituição Sesc/RJ, contribui para o alcance de alguns dos ODSs.

O conjunto metodológico que serviu para identificar as ações e diretrizes propostas pelo TS Sesc/RJ, foi direcionado pela revisão de bibliografias e pesquisa documental. A análise dos materiais institucionais, referenciais programáticos, atas e relatórios foi de suma importância para mensurar as ações de desenvolvimento sustentável operacionalizadas pela Instituição. Por outro lado, a construção desse percurso metodológico tem um caráter exploratório e descritivo.

Resultados

A partir deste momento, será dada ênfase nos objetivos identificados em consonância com as diretrizes do setor de TS Sesc/RJ. Segundo o MTur (2019), o Turismo é citado de forma direta, nos ODS 8, ODS 12 e ODS 14, que propõem crescimento econômico inclusivo e sustentável, consumo e produção sustentáveis e uso sustentável de oceanos e recursos marinhos, respectivamente. Porém, o setor “tem o potencial para contribuir, direta ou indiretamente, para todos os Objetivos”⁶. Assim, apesar da contribuição ampla, para melhor descrever as ações do TS Sesc/RJ, foram incluídos como meta do estudo, os Objetivos 3, 4, 5, 8, 10, 11, 12 e 13.

No que se refere ao Objetivo 3, ‘Saúde e Bem-Estar’, o TS Sesc/RJ atua na promoção de ações socioeducativas que contribuam para o bem-estar e qualidade de vida dos trabalhadores do comércio, de bens, serviços e turismo, seus familiares, comunidade e sociedade. Segundo a Organização Internacional do Turismo, o “turismo social compreende quaisquer atividades que contribuam, de forma justa e sustentável, para um maior acesso a férias e atividades turísticas para todos”⁷. Projetos Institucionais, como o Dia do Comércio, passeios do Programa de Comprometimento e Gratuidade, Dia Mundial do Lazer, Sesc Verão, Colônia de Férias, Março Delas e Natal Sesc são alguns dos muitos projetos realizados pela Instituição que contribuem para melhor qualidade de vida em sociedade.

⁶ Brasil, MTur, 2019.

⁷ OITS, 2018, s.p.

O projeto Caminhada em Defesa da Pessoa Idosa, realizada em parceria com o setor de Assistência, tem o objetivo de incentivar os cuidados com a saúde na terceira idade. Cabe ressaltar que alguns desses projetos também corroboram para conquista do Objetivo 5, em “Alcançar a Igualdade de Gênero e Empoderar todas as Mulheres e Meninas”. O projeto Março Delas, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, oferece uma visão crítica para a sociedade, fundamentado em uma análise das lutas das mulheres por autonomia e equidade social. A exemplo, a UO Sesc Quitandinha realizou, durante a programação do ano de 2021, entrevistas com mulheres do setor de turismo que superaram preconceitos sofridos na profissão, os seus relatos de experiências apresentando o turismo como agente transformador.



Figura 1:

Caminhada Sesc
pela Valorização da
Pessoa Idosa 2024.

Fonte: Divulgação Sesc-RJ.

Em continuidade, na seara do Objetivo 4, ‘Educação de Qualidade’, o TS Sesc/RJ desenvolve parcerias com instituições de ensino público, fomentando passeios e atividades com foco no desenvolvimento de competências (culturais e técnicas), além de atividades inclusivas para pessoas com deficiências. Por meio do Projeto de Turismo Hospitalidade e Inclusão, o Sesc/RJ, em conjunto com a Faculdade de Turismo e Hotelaria, da Universidade Federal Fluminense, e a Escola Especial Favo de Mel, promove anualmente

diversos passeios para pessoas com deficiência intelectual, contribuindo para autonomia e aprendizagem desses sujeitos. No desenvolvimento de pesquisas no âmbito do turismo inclusivo, alinhado ao Código Mundial de Ética do Turismo, busca “promover um turismo responsável e sustentável e acessível a todos, no exercício do direito que qualquer pessoa tem de utilizar seu tempo livre em lazer ou viagens e no respeito pelas escolhas sociais de todos os povos”⁸.

No que tange ao Objetivo 8, ‘Emprego Digno e Crescimento Econômico’, o Turismo Social do Sesc/RJ promove empregos diretos e indiretos, na contratação de sua equipe técnica, guias de turismo e fornecedores. Em todas as viagens, há o acompanhamento de um guia de turismo devidamente credenciado no MTur, cuja contratação é realizado via edital, aberto aos profissionais em um sistema de rodízio, garantindo as mesmas oportunidades de trabalho para todos. As viagens oferecidas pela Instituição movimentam a economia local, com almoços em restaurantes, diárias em hotéis, visitações a pontos turísticos, a feiras de artesanato, passagens, taxas de serviços (como pedágios), entre outros aspectos.

Atua também no Objetivo 10, acerca da ‘Redução das Desigualdades’, como já mencionado, no incentivo das economias locais de destinos com pouca visibilidade, incentivando a geração de renda nestas localidades na baixa temporada. Por meio do Projeto Turismo na Baixada, o TS inclui em seus roteiros a Baixada Fluminense como um polo turístico, gerando visibilidade para os municípios participantes. No PCG, os trabalhadores do comércio e seus dependentes, estudantes ou egressos da rede pública de educação básica que possuam renda inferior a três salários-mínimos, são beneficiados com atividades gratuitas em projetos especiais, visando a garantir o acesso ao turismo por todos, independente de suas condições socioeconômicas.

No âmbito do Objetivo 11, ‘Cidades e Comunidades Sustentáveis’, a Instituição fomenta diálogos de educação ambiental e mobilidade urbana sustentável em suas redes sociais e unidades operacionais. No ano de 2021,

⁸ OMT, 1999, S.P.

em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, a Instituição realizou diversas ações de promoção do Turismo Sustentável, durante duas semanas. Foram convidados representantes do Parque Natural Municipal de Niterói, Reserva Particular do Patrimônio Natural Bom Retiro e Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis, para realizarem a apresentação de seus atrativos e fomentarem práticas conscientes de Turismo nestes locais. Cabe ressaltar que suas Unidades Operacionais e Hoteleiras promovem também atividades como cicloturismo, principalmente em eventos de projetos como o Sesc Verão, com grande alcance de público.

As UO Niterói, Nova Friburgo e Ramos desenvolvem atividades de cicloturismo continuamente. Além disso, em suas 18 UO são promovidas caminhadas ecológicas e clubes de caminhada. Tais ações incentivam o uso de transportes alternativos com melhor eficiência energética, protegendo e recuperando o uso sustentável do ecossistema. Dessas formas, corroboram também para a implementação e alcance dos objetivos 12, 'Consumo e Produção Sustentável', e 13, 'Tomar Medidas Urgentes para Combater a Mudança Climática e Seus Impactos', incentivando seu público a escolher opções de lazer de baixo impacto ambiental.



Figura 2:

Ciclismo – bike tour.

Fonte: Sesc RS.

Discussão

O processo investigatório abordou oito dos 17 ODS descritos na Agenda 2030. Os resultados demonstram que as ações realizadas pelo setor de Turismo Social alcançam as diretrizes de sustentabilidade em diferentes projetos institucionais que visam ao bem-estar social. Dos projetos mencionados, o cicloturismo [*bike tour*] e o clube da caminhada expressam as ações de desenvolvimento sustentável na esfera ambiental, com o estímulo de práticas de lazer em ambientes naturais, a parceria com o setor de esporte no desenvolvimento de atividades físicas, a educação e conscientização ambiental de atrativos naturais.

Na esfera social, a caminhada em Defesa da Pessoa Idosa, o Turismo Hospitalidade e Inclusão, Março Delas são alguns projetos que visam a ações de caráter inclusivo, com acessibilidade dos serviços e melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários. Nesse aspecto, a esfera socioeconômica por meio dos passeios PCG, permite também o direito ao lazer a uma camada da população de baixa renda, na redução das desigualdades sociais.

Em âmbito econômico, o TS levou mais de 50 mil pessoas para viajar, além dos 45 municípios fluminenses visitados⁹. Os passeios e excursões visitaram diversos destinos, ampliando a visibilidade a locais pouco conhecidos do grande público, como os localizados na Baixada Fluminense, que foram contemplados por um projeto especial: o Turismo na Baixada.

O Turismo Social do Sesc/RJ fortalece as economias locais, diminuindo as desigualdades e distâncias sociais, promove a inclusão para todos e o desenvolvimento sustentável, contribui no fomento da educação e conscientização socioambiental de seu público, além de colaborar para a geração de empregos e renda de seus agentes. Representa, também, um modelo para que o *trade* turístico fluminense incorpore tais ações em suas políticas e estratégias de atuação no âmbito do turismo regional.

⁹ França et al., 2021.

Conclusão

Com base no levantamento realizado, a pesquisa demonstrou que o Turismo Social desenvolvido pelo Sesc/RJ é um representante fundamental no alcance dos ODS no cenário estadual, de forma direta e indireta. Como agente social, corrobora para inclusão e garantia do direito ao lazer a todos sem distinção. É também uma importante fonte de receita e geração de empregos, pois, por meio de suas ações, consegue mitigar as diferenças regionais fomentando o turismo em destinos com pouca visibilidade, gerando renda em diversos níveis. Promove ainda, a educação turística sob a ótica sociocultural e ambiental, desenvolvendo diálogos sobre conscientização ambiental, patrimonial, alteridade, cidadania, inclusão, entre outros, atuando na formação responsável de sua clientela e valorizando a cultura e o patrimônio dos locais visitados.

Analisando esses resultados, foi possível identificar ações concretas realizadas pela Instituição que apontam como as diretrizes do Turismo Social do Sesc/RJ estão em consonância com os ODS nas três esferas propostas pela Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. Dessa forma, o TS contribui para que os impactos negativos do turismo sejam minimizados e seus benefícios distribuídos de forma igualitária.

Essas ações de cunho sustentável comprovaram serem fundamentais para o cenário atual e futuro, por meio da adoção de estratégias que possam minimizar os impactos locais e globais. Prezar pela melhor qualidade de vida da clientela do Sesc e sociedade em geral sempre foi uma das premissas da Instituição. Educar com o Turismo tornou-se muito mais do que um elemento presente nas atividades, pois é proposto um referencial a ser seguido, com práticas de lazer que levam a clientela a adquirir um enriquecimento cultural único em cada atividade que participam.

Referências

Brasil. (2019). *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Social no Brasil*. Rio Grande do Sul. Recuperado de: <https://www.sesc-rs.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Diretrizes-Para-o-Desenvolvimento-do-Turismo-Social-no-Brasil-1.pdf>

França, A. R., Machado, J. M., & Souza, D. B. (2021). *Turismo Virtual*: relatos de experiência da equipe de turismo social do Sesc RJ em ações virtuais durante a pandemia da Covid-19. Reconnecta Soluções.

Brasil, Ministério do Turismo. (2006). Segmentação do Turismo: marcos conceituais. *Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil*.

Organização das Nações Unidas - ONU. (2015). *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS*. Nova York: ONU. Recuperado de: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Organização Internacional de Turismo Social – OITS. *Turismo justo e sustentável para todos*. Recuperado de: <http://www.oits-isto.org/oits/public/index.jsf>.

Organização Mundial do Turismo - OMT (1999). *Código de Ética Mundial para o Turismo*. Disponível: <https://www.untourism.int/es/codigo-etico-mundial-para-el-turismo>

Rihova, I., Buhalis, D., Moital, M., & Gouthro, M. B. (2015). Conceptualising customer-to-customer value co-creation in tourism. *International Journal of Tourism Research*, 17(4), 356-363. <https://doi.org/10.1002/jtr.1993>

Ana Lúcia Reis de França – Mestranda, PPG em Diversidade e Inclusão, Universidade Federal Fluminense. Analista de Turismo Sesc/RJ. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8543334308656116> | E-mail:

Victor William Rezende Santos – Bacharel em Turismo, Universidade Federal Fluminense. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9712289141217503> | E-mail:

Julia de Menezes Machado – Mestranda, PPG em Cultura e Territorialidades, Universidade Federal Fluminense. Analista de Turismo, Sesc/RJ. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0242897871772457> | E-mail:

CAMBIARES E CONFLUÊNCIAS:

FUNDAMENTOS DO TURISMO SOCIAL E ACESSIBILIDADE A PARTIR DA AÇÃO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

*Por Michel Alves Ferreira, Rosalva Batista Alves,
Elizangela Pereira de Souza Araújo e Marivania Freitas Lima Pereira*



Introdução

Esta comunicação, inspirada a partir das considerações em texto de Bispo dos Santos (2023), intelectual e liderança quilombola brasileira, sobre as forças coletivas que permitem cambios positivos e não hierarquizantes/ coloniais entre sujeito e natureza, que ademais também são efetivados pela valorização das diferenças e diversidades entre os sujeitos na cotidianidade das suas relações socioculturais. Trata-se de resultado analítico de uma ação proposta em 13 de maio de 2024, por uma disciplina do curso de Gestão em Tecnologia de Turismo, que ocorreu em um município do interior do Estado de Mato Grosso durante as atividades do evento de divulgação científica conhecido como *Pint of Science*, que também aconteceu em outros municípios brasileiros e demais países, na mesma época.



Figura 1:

XXXXXXXXXXXXXXXXX.

Fonte: XXXXXXXXXXXXXXX.

A ação/pesquisa realizada pretendeu compreender o que seria acessibilidade no município, a partir das percepções do público participante e, posteriormente, correlacioná-la com as discussões vistas em sala sobre o campo do turismo e da acessibilidade. Nessa ação, realizada em maio de 2024, 60 pessoas, do total de partícipes do *Pint of Science*, aceitaram voluntariamente

responder as perguntas do formulário, constituídas de abertas, semiabertas e fechadas. Cabe destacar que o turismo acessível, compreendido pelas autorias deste texto, remete ao atendimento/garantia às comunidades, trabalhadores e à demanda turística, de possibilidades não estigmatizantes do uso e circulação dos espaços de interesse ao turismo com bem-estar, segurança, dignidade, respeito às diferenças e diversidades, vulnerabilidades e necessidades de cada grupo, promovendo a inclusão, equidade e o turismo enquanto um direito social¹.

Resultados

A compreensão de turismo acessível apresentada converge com as publicações de Almeida (2016) e Cheibub (2012) sobre turismo social: um conjunto de ações/disposições, encampadas pelo Estado e às diversas representações da sociedade civil, que pretendem democratizar o turismo a determinados grupos que se encontram em condições de vulnerabilidade econômica, cultural e social.

A partir das breves ponderações dispostas neste texto, apresenta-se o objetivo central do trabalho: costurar, qualitativamente, reflexões analítico-comparativas entre os resultados obtidos em uma ação/pesquisa proposta durante as atividades do *Pint of Science* de 13 de maio de 2024, com estudos selecionados pelas autorias e realizados no campo da acessibilidade e do turismo social, de maneira que sejam apresentados os cambiare e confluências entre esses dois campos².

Para atender ao objetivo central proposto, destaca-se que este trabalho está orientado por uma perspectiva metodológica situada e qualitativo-interpretativa, conforme as considerações de Minayo (2002) e Moreira e Caleffe (2006), constituído por fontes primárias e secundárias da pesquisa. As fontes primárias remetem a apresentação de excertos dos principais resultados obtidos na pesquisa realizada durante o referido *Pint Of Science*.

Das 60 pessoas do público respondente e participante do evento de divulgação científica, a sua maioria foi de mulheres, negras (somando-se pessoas pardas e pretas), residentes do município, com ensino superior incompleto,

¹ Feitoza, 2021; Silva & Costa, 2018; Duarte et al. 2015; Brasil, 2015; Goffman, 1988.

² Bispo dos Santos, 2023.

renda de até um salário-mínimo vigente em 2024, solteiras, que se encontravam na faixa etária de 15 até 24 anos.

Já as fontes secundárias constituíram-se da seleção de textos sobre acessibilidade, turismo e Turismo Social. Com relação aos relatos descritos das perguntas abertas (entendimentos sobre o que seria acessibilidade e avaliações/percepções sobre a acessibilidade no município), realizadas à época: a maioria das pessoas respondentes compreende acessibilidade enquanto uma adequação física dos espaços públicos de circulação/sociabilidades cotidianas.

Poucas pessoas estabeleceram conexões, em suas respostas, com outros elementos que também são fundamentais para se pensar acessibilidade (e, por conseguinte, o turismo social), por uma perspectiva inclusiva: neurodiversidade e cognição, sociabilidades/cultura, econômica, apenas para citar exemplos. Boa parte das 60 pessoas partícipes da pesquisa cobrou políticas públicas mais visíveis para a população do município sobre a temática, assim como destacaram o caráter positivo em se realizar uma pesquisa dessa natureza em um evento de divulgação científica.

Após a realização da pesquisa, os resultados foram discutidos posteriormente pela turma do primeiro semestre de Turismo e Acessibilidade, que identificou que, embora sejam reconhecidos avanços no país, inclusive a partir do Estatuto Brasileiro da Inclusão de Pessoas com Deficiência (2015), é necessário aprofundamento das discussões sobre a temática não apenas no campo do turismo, mas em outros campos da vida pública e privada.

Todo ser humano passará, em algum momento de sua existência e cambiáveis no mundo, por algum tipo de condição física e cognitiva temporária e/ou permanente debilitante, que irá requerer sensibilidade, acolhimento e respeito de toda sociedade, da família e do Estado, às suas necessidades requeridas. É pela discussão de temáticas como essas que é possível combater estigmas, fundamentados na reprodução de estereótipos violentos cognitivos, morais e afetivos de um tempo/momento social, que nega a determinados grupos o direito de ser, estar e confluir no mundo, inclusive por intermédio do turismo enquanto um direito acessível a todas as pessoas³.

³ Goffman, 1988;
Bispo dos Santos, 2023.

Referências

Almeida, M. V. de. (2016). Turismo social: reflexões e práticas no Brasil. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 26, 141-154. Recuperado de: <https://geohereditas.igc.usp.br/wp-content/uploads/2021/05/6221-20030-1-PB.pdf>

Bispo dos Santos, A. (2023). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu/Piseagrama.

Brasil. Presidência da República. *Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015*: institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

Cheibub, B. L. Reflexões sobre o Turismo Social a partir da história institucional do Serviço Social do Comércio (Sesc). (2012). *Anais... VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul. Recuperado de: https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/02/05_Cheibub.pdf.

Duarte, D. C., Borda, G. Z., Moura, D. G., & Spezia, D. S. (2015). Turismo acessível no Brasil: um estudo exploratório sobre as políticas públicas e o processo de inclusão das pessoas com deficiência. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. 3(9), 537-553. DOI 10.7784/rbtur.v9i3.863.

Feitoza, D. P. de O. (2021). *Turismo, “autism friendly” e a oferta de serviços e opções de lazer no Brasil*: oportunidades e desafios da inclusão de autistas e familiares. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal do Paraná, Brasil.

Goffman, E. (1988). *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC.

Minayo, M. C. de S. (org.). (2002). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Moreira, H., & Caleffe, L. G. (2006). *Metodologia da Pesquisa para o professor pesquisador*. Rio de Janeiro: DP&A.

Silva, T. P. da, & Costa, R. de K. (2018). Turismo acessível: inclusão social, acessibilidade e cidadania. *Revista Turydes: Turismo y Desarrollo*, 25. Disponível: <https://www.eumed.net/rev/turydes/25/acessibilidade.html>

Michel Alves Ferreira – Doutor. Docente no curso de Bacharelado e Gestão em Tecnologia de Turismo, Universidade do Estado do Mato Grosso. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7702194871589655> | E-mail: maferreiragi@gmail.com

Rosalva Batista Alves – Graduada em Administração pelo Centro de Ensino Superior de Rondonópolis. E-mail: rosalva.alves@unemat.br

Elizangela Pereira de Souza Araújo – Graduada em Gestão em Tecnologia de Turismo, Universidade do Estado de Mato Grosso. E-mail: elizangela.araujo@unemat.br

Marivania Freitas Lima Pereira – Graduada em Gestão em Tecnologia de Turismo, Universidade do Estado de Mato Grosso. E-mail: marivania.freitas@unemat.br

TURISMO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE ACESSO AO LAZER ENTRE ADOLESCENTES EM ACAMPAMENTO SOCIOEDUCATIVO

*Por João Vitor Brito Araújo, Mariana Lucas Lima
e Caroline Marques Lima*

Orientação: Angela Teberga de Paula



Introdução

O objetivo deste trabalho é o de discutir a importância do Turismo Social como instrumento para garantia de cidadania e ressocialização de adolescentes em acompanhamento socioeducativo, destacando a necessidade de políticas públicas que assegurem o acesso equitativo a práticas de desenvolvimento integral deste grupo. Nesse sentido, a discussão articula os conceitos de Turismo Social e Lazer, que abrangem programas e políticas que facilitem a inclusão desses grupos em atividades que favoreçam o enriquecimento cultural e social.

O turismo social pode oferecer aos adolescentes a oportunidade de explorar novos ambientes, interagir com diferentes culturas e desenvolver habilidades sociais, contribuindo para sua formação pessoal e social. A Lei n. 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, prevê, no seu Art. 8º, que os planos de atendimento devem prever “ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultural, capacitação para o trabalho e esporte”¹.

Para realização deste trabalho, foi necessário executar revisão de literatura sobre Turismo Social, Lazer, Inclusão Social e Medidas Socioeducativas.

Referencial

O Lazer e o Turismo Social configuram-se como componentes essenciais para o desenvolvimento completo dos adolescentes, especialmente daqueles provenientes de áreas periféricas, em situações de risco ou internação. Embora o lazer esteja contemplado em importantes declarações internacionais e legislações nacionais, a literatura revisada aponta para a falta de valorização do lazer na formulação e implementação de políticas públicas. Dessa forma, a relevância do Lazer torna-se ainda mais evidente, já que “não vem sendo acompanhada pela ação do poder público, com o estabelecimento de políticas setoriais, na área, devidamente articuladas com outras esferas de atuação”².

¹ Brasil, 2012.

² Marcellino, Barbosa, & Mariano, 2007, p. 2.

Neste trabalho, compreende-se o Lazer como uma conquista da classe trabalhadora, fruto de um intenso movimento de resistência demandante pela redução das jornadas de trabalho. “A conquista de um período menor de trabalho diário, assim como o direito a férias, foi uma linha de ataque do assalariado, que teve suas vitórias e derrotas ao longo do tempo”³.

O conceito de Turismo Social, definido pelo Ministério do Turismo, pressupõe que a condução e a prática do turismo devam promover “a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão”⁴. Dessa forma, ao objetivar uma igualdade de oportunidades para todas as pessoas, deve considerar a diversidade de classe, gênero, cor/raça e corpos, que de outro modo não teriam acesso a certos locais e experiências, possibilitando a valorização da cultura local e o desenvolvimento da comunidade.

Já para Marcelo Almeida, o “turismo social é aquele fomentado sociopoliticamente pelo Estado e organizado por entidades da sociedade civil”⁵. Portanto, é responsabilidade do Estado prover políticas públicas para o desenvolvimento de projetos que possam gerar uma mudança no modo como as pessoas pensam o turismo de forma mais humana, empática e democratizada. A privação de liberdade pode ser desafiadora e estressante para os adolescentes, e o Lazer tem o efeito de permitir momentos de descanso e divertimento para aliviar o estresse e a ansiedade. As atividades recreativas têm um impacto positivo no bem-estar do adolescente.

O Lazer e a Recreação estão interligados para proporcionar aos adolescentes momentos livres fora do alojamento e das atividades obrigatórias. O Lazer não consiste apenas em proporcionar momentos de descanso e divertimento, é também considerado como um meio de desenvolvimento pessoal e social e como tendo um duplo aspecto educativo. Nesse sentido, a prática do Lazer no âmbito socioeducativo de internação deve ser reconhecida como espaço formativo que vai além do simples entretenimento.

O Lazer pode ser um meio facilitador para a saúde, a formação humana e a transformação social dos adolescentes. É um direito legalmente constituído,

³ Bacal, 2003, p. 70.

⁴ MTur, 2021, p. 6.

⁵ Almeida (2001, p. 128).

porém, muitas vezes relegado, violado e negligenciado, especialmente no contexto da privação de liberdade. Podemos perceber a importância do Lazer e do Turismo Social para a ressocialização dos adolescentes, como já foi verificado por Reis, Moreira e Simões (2023) e por Oliveira e Conceição (2020), a partir de um exemplo de prática de esporte e lazer, ocorrida no estado do Mato Grosso.

Oliveira e Conceição apresentam como o esporte muda a perspectiva do jovem em relação ao seu tempo para vivenciar e se satisfazer, demonstrando que o investimento em ações de Lazer é benéfico para saúde, o que pode ser prejudicado por uma rotina sedentária e noturna. Os mesmos autores também mostram dados sobre adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, no estado de Mato Grosso, em que analisam 36 PIA (Plano Individual de atendimento ao Adolescente), elaborados entre 2017 e 2018, oriundos de sete Centros de Atendimento Socioeducativo daquele estado.



Figura 1:

Participantes do projeto.

Fonte: Acervo do projeto.

Os resultados mostram que as atividades de Lazer mais mencionadas entre os adolescentes, como “banho de rio” (27,78%) e “jogar bola na rua” (22,22%), estão ligadas a interesses físicos do tempo livre, que ocorrem sem, necessariamente, o desenvolvimento do potencial educativo do Lazer. Reconhecemos que essas ações não são em si transformadoras, pois o investimento em Lazer, Cultura e Esporte deveria ter ocorrido antes de os adolescentes terem cometido atos infracionais, como instrumento de política preventiva.

Ou seja, as ações de lazer desenvolvidas entre os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas são, sem dúvida, importantes, mas podem ser consideradas, de certa forma, paliativas, pois funcionam como *alívio* da situação em que se encontram no momento.



Figura 2:

*Visita guiada
no âmbito do projeto.*

Fonte: Acervo do projeto.

Considerações

Concluiu-se que o Turismo Social desenvolve o crescimento cultural dos indivíduos, democratizando o acesso ao Lazer e promovendo a ressocialização. Está ligado diretamente ao conceito de cidadania, possibilitando a inclusão de jovens em acompanhamento socioeducativo para ampliar o entendimento e repensar o papel do Lazer como ferramenta de ressignificação e oportunidade de desenvolvimento, em contextos nos quais a violência é normalizada e o acesso ao Lazer é um luxo, principalmente para o jovem periférico, cuja realidade é marcada pela precarização e escassez de investimentos voltados à cultura.

Cabe a mediadores do turismo introduzir o conceito de Turismo Social para a democratização do indivíduo excluído historicamente e geograficamente dessas formas de Lazer. Promover o Lazer de uma forma pedagógica é estimular à participação para a cidadania. É preciso lembrar também que o jovem só poderá usufruir de equipamentos de Lazer e Cultura se estiver em boas condições, preservado e principalmente se existir. Caso não exista, que ele seja estimulado a desenvolvê-los, utilizando de suas habilidades sociais, culturais e artísticas para ser protagonista do próprio Lazer.

Além de tudo já mencionado, é fundamental reconhecer que o Turismo Social tem o potencial de transformar as relações sociais e econômicas dentro das comunidades. Quando os jovens participam ativamente na criação e manutenção de espaços culturais e de lazer, eles não só adquirem habilidades práticas e organizacionais, mas também se tornam agentes de mudança em suas próprias comunidades. Isso pode gerar um efeito multiplicador, em que esses jovens inspiram outros a se engajarem em atividades semelhantes, criando uma rede de apoio e desenvolvimento comunitário. Em longo prazo, a integração desses jovens ao Turismo Social pode contribuir para a redução da sua reincidência na prática de atos infracionais e, por consequência, nos acompanhamentos socioeducativos.

Referências

Almeida, M. V. (2016). Turismo social: reflexões e práticas no Brasil. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 26, 141-154. Recuperado de: <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/10785>.

Bacal, S. (2003). *Lazer e o Universo dos Possíveis*. São Paulo: Aleph.

Brasil. *Lei n. 12.594*, de 18 de janeiro de 2012. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm

Marcellino, N. C., Barbosa, F. S., & Mariano, S. H. (2007). Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano – relações e possibilidades. *Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 10(3). Recuperado de: https://www.eeffto.ufmg.br/licere/pdf/licereV10N03_a5.pdf

Ministério do Turismo. (2021). *Segmentação do Turismo: Marcos conceituais*. Brasília: MTur.

Oliveira, U. P. de, Conceição, W. L., Grunnenvoldt, J. T, Oliveira, R. A. C., & Reverdito, R. S. (2020). Esporte e Lazer no plano individual de atendimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. *Movimento*, 26, e26054. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.101588>

Reis, L. A., Moreira, W. W., & Simões, R. (2023º) Lazer e seu potencial educativo na medida socioeducativa de internação. *Cadernos da FUCAMP*, 24, 73-89. Recuperado de: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3186>

João Vitor Brito Araújo – Bacharelando em Turismo, Universidade de Brasília. *E-mail*: jvitau@gmail

Mariana Lucas Lima – Bacharelando em Turismo, Universidade de Brasília. *E-mail*: marianalucasrj@gmail.com

Caroline Marques Lima – Bacharelando em Turismo, da Universidade de Brasília. *E-mail*: marqueacaroline721@gmail.com

Angela Teberga de Paula – Doutora. Professora no Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3543811641636104> | *E-mail*: angela.paula@unb.br

TURISMO SOCIAL E O FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS:

**ESTUDO DE EXCURSÃO REALIZADA
PELO TURISMO SOCIAL SESC/DF**

Por Ana Clara Diniz Sousa



Introdução

O presente artigo explora o papel do Turismo Social como promotor cultural no contexto do Festival Folclórico de Parintins, um dos mais emblemáticos eventos culturais do Brasil. Criado em 1965, o Festival tem evoluído significativamente, tornando-se um fenômeno cultural e turístico que atrai milhares de visitantes anualmente. A rivalidade entre as agremiações dos *bois* Garantido e Caprichoso, que começou em 1966, adicionou uma dinâmica de competição saudável, impulsionando o crescimento do Festival e contribuindo para a consolidação de Parintins como um importante destino turístico.

Embora os benefícios econômicos sejam substanciais para a cidade, a distribuição desigual dos ganhos levanta questões sobre quem realmente se beneficia deste evento cultural. Este estudo visa a analisar essa dinâmica, com foco na forma como o Sesc, através do Turismo Social, busca incluir trabalhadores do comércio e seus dependentes na experiência cultural. Assim, promove-se a inclusão social, democratiza-se o acesso a eventos culturais tradicionais, proporcionando uma reflexão sobre as práticas sustentáveis e inclusivas no turismo cultural.

A metodologia utilizada no presente artigo foi quantitativa-qualitativa, combinando pesquisa documental e formulário de avaliação do Sesc, do Festival Folclórico de Parintins. A pesquisa documental incluiu a análise de relatórios, publicações acadêmicas, materiais promocionais do Festival sobre o impacto socioeconômico e cultural do evento. Os gráficos presentes adiante foram ajustados a partir da pesquisa de satisfação do Turismo Social do Sesc/DF. Essa abordagem metodológica possibilitou uma visão abrangente e detalhada sobre como o Turismo Social é capaz de agir como agente de mudança.

O Boi Bumbá

Chamado de Bumba-Meu-Boi no Maranhão e de Boi-Bumbá no Amazonas e no Pará, a primeira referência conhecida a eles é datada no ano de 1840, em Recife, no qual não se trata de descrição, mas apenas comentários soltos sobre a brincadeira. Enquanto a segunda referência é do ano de 1859, em Manaus, segundo Avé-Lallémant¹, como um “cortejo pagão” introduzido no seio de

¹ Avé-Lallémant, 1961, p. 106, apud Cavalcanti, 2000, p. 1021.

“festa católica”, em homenagem a São Pedro e São Paulo, durante um bumba presenciado naquela cidade. Hoje, a representação do boi é uma forma tradicional de teatro popular, em que pequenos grupos de participantes encenam uma trama que gira em torno da lenda da morte e ressurreição do precioso boi.



Figura 1:

Festival de Parentins.

Fonte: Acervo de pesquisa.

O *Boi-Bumbá Garantido*, uma das mais icônicas expressões culturais do estado do Amazonas, foi fundado em 1913 na cidade de Parintins, naquele estado, por Lindolfo Monteverde, um pescador de origem humilde, descendente de negros e indígenas. A história deste boi-bumbá tem suas raízes em uma promessa feita por Lindolfo a São João Batista, após se recuperar de uma doença grave. Sua promessa era construir um boi que pudesse alegrar as pessoas durante as festividades do mês de junho.

Também conhecido como ‘boi feito por muitas mãos’, o *Boi-Bumbá Caprichoso* possui uma origem ambígua; alguns dizem ter sido fundado em 1913, enquanto outros consideram o ano de 1925. Alguns contam que o Caprichoso foi apenas fundado por Roque Cid e seus irmãos, outros relatam que outras figuras estiveram nessa construção, como é o caso da Família Gonzaga. De acordo com Andrade (2023), a criação do boi-bumbá foi uma forma de

homenagear suas raízes nordestinas e a tradicional festa de São João. A ideia surgiu após uma conversa com José Furtado Belém, que havia assistido a uma apresentação de um boi de origem maranhense em Manaus e compartilhou essa experiência com Roque Cid. Inspirado por essa conversa e pela tradição, Roque Cid decidiu criar o Boi Caprichoso em outubro de 1913, estabelecendo o primeiro curral em frente à sua casa na Travessa Sá Peixoto.

Festival Folclórico de Parintins

Antes do Festival Folclórico de Parintins ter essa atual configuração, um longo processo de ressignificação, foi realizado. Começou no ano de 1965, em Parintins/AM, por iniciativa do grupo de amigos da Juventude Alegre Católica (JAC). De acordo com a entrevista que Cavalcanti (2000) fez com um dos membros da JAC, as brincadeiras estavam se perdendo, o boi-bumbá e as quadrilhas recebiam fortes críticas e eram associadas como brincadeiras de pobres, caboclos e pescadores.

Então, o Festival foi criado, tendo como sua atenção principal as 22 quadrilhas que se apresentavam ao longo de dez noites e, apenas no último dia, os bois se apresentavam de forma individual, tudo com o objetivo de arrecadar fundos para construção da Catedral de Nossa Senhora do Carmo.

De acordo com Prado (2023), apenas em 1966 ambos os bois foram convidados a participar ativamente do Festival, criando-se, assim, a rivalidade entre Garantido e Caprichoso. A partir desse momento, a rivalidade entre eles se intensificou e, em 1975, a organização do Festival passou a ser responsabilidade da Prefeitura de Parintins. O evento foi transferido para o Centro Cultural e Desportivo Amazonino Mendes, popularmente conhecido como Bumbódromo, inaugurado em 1988. Gradualmente, o Festival foi se desenvolvendo e ganhando relevância para região Norte e, posteriormente, nacionalmente, tornando-se atração turística de Parintins.

O crescimento e desenvolvimento do Festival Folclórico de Parintins ao longo dos anos é inegável, assim como a grande cobertura midiática em torno do evento. Um exemplo recente dessa visibilidade ocorreu no Big Brother

Brasil, edição 2024, quando Isabelle Nogueira, cunhã-poranga do Garantido, promoveu ativamente o Festival e sua cultura. Durante suas apresentações, ela frequentemente encenava suas toadas, como 'Isa-a-Bela' ou outras toadas do Garantido, que destacavam sua posição como cunhã-poranga. Segundo notícias, a 57ª edição do Festival de Parintins, em 2023, foi marcada por recordes de público, totalizando 120 mil pessoas, excedendo os 110 mil do ano anterior.

Turismo Social e o Festival Folclórico de Parintins

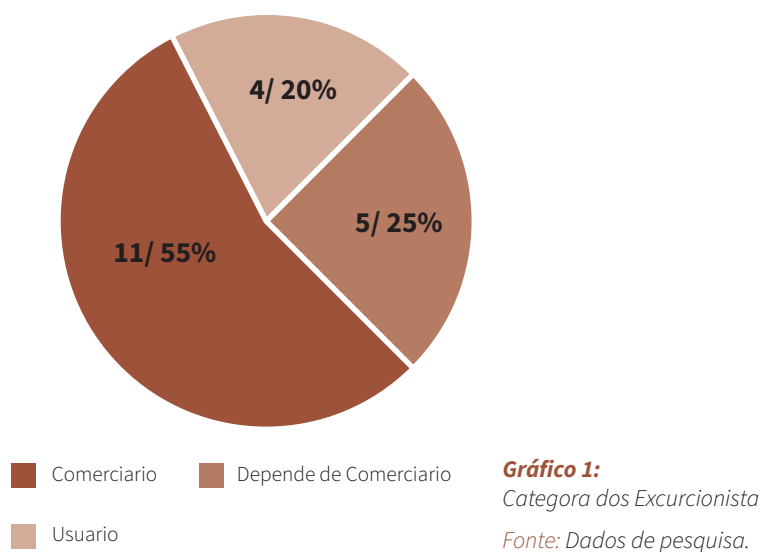
Segundo Cheibub (2012), Turismo Social é uma proposta de democratizar a experiência turística para indivíduos ou grupos com limitações ou dificuldades de acesso. O Turismo Social é definido explicitamente pelo Comitê Econômico e Social Europeu como um direito, pois todas as pessoas têm o direito de descansar diariamente, semanalmente e anualmente. De acordo com a Constituição brasileira de 1988, toda pessoa tem o direito ao tempo de lazer que permita desenvolver todos os aspectos de sua personalidade e integração social. O Turismo Social é impulsionado pelo desejo de garantir que o direito ao turismo seja universalmente acessível na prática.

Desde 1948, o Sesc é pioneiro e protagonista no Brasil na realização de práticas de Turismo Social, que se desenvolveram a partir da Colônia de Férias Ruy Fonseca, hoje, Centro de Férias Sesc Bertiooga, tendo sido uma das primeiras colônias de férias a possuir instalação própria e ter um desempenho fundamental na introdução do tempo livre na vida dos trabalhadores, em uma época que poucos reconheciam a importância do bem-estar, desenvolvimento social e o enriquecimento cultural.

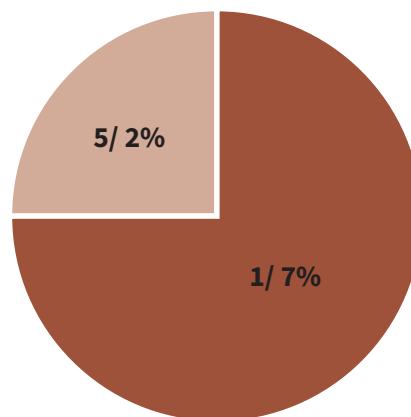
O Sesc entende o Turismo Social como uma atividade inclusiva, plural, democrática e transformadora. Consiste em um conjunto de experiências, projetadas para que o turismo se torne acessível ao maior número possível de pessoas, tendo como limite o operacional da instituição. Oferece aos participantes a oportunidade de desenvolver suas habilidades intelectuais e físicas, adquirir conhecimentos e interagir com outras pessoas. Tudo isso é feito por meio da oferta de produtos e serviços acessíveis ao poder aquisitivo ou adaptados para atender possíveis necessidades especiais dos clientes.

Tendo como base os conceitos apresentados, o roteiro do Festival Folclórico de Parintins veio com o objetivo de promover a cultura e levar os trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, e seus dependentes a conhecer a tradição nortista, buscando a inclusão social e democratizando o acesso. No presente estudo, utilizaram-se gráficos como uma ferramenta fundamental para a análise dos dados coletados, sendo escolhidos e desenvolvidos com base nos objetivos específicos da pesquisa, para ilustrar e esclarecer o grupo que foi atingido e suas avaliações acerca do roteiro e de suas vivências com Festival Folclórico de Parintins/AM.

Em uma excursão com vinte participantes, acompanhados por uma guia nacional e uma supervisora do Sesc, ao chegarem ao seu destino contaram com a recepção e disponibilidade de um guia local. Com base nas avaliações dos excursionistas, os gráficos apresentados foram elaborados.



Como se pode observar na Gráfico 1, quatro excursionistas são comerciarior ou trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo. Logo em seguida, vê-se os dependentes de comerciarior, em número de cinco excursionistas e, por último, onze usuárior, os quais podem ser GMV (Grupo dos Mais Vividos), gerontologia, conveniado ou público geral.

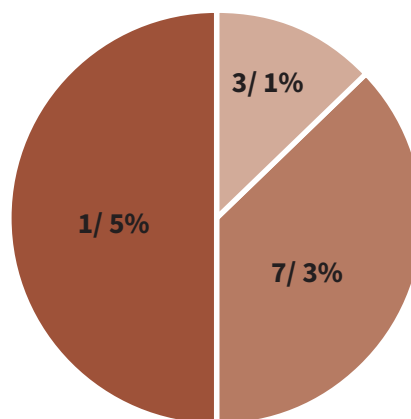
**Gráfico 2:**

Sexo dos Excursionista

Fonte: Dados de pesquisa.

■ Feminino ■ Masculino

No segundo gráfico, pode-se visualizar que, majoritariamente, o público da excursão é do sexo feminino, sendo cerca de 75% dos excursionistas, enquanto no grupo masculino foram apenas 25% dos excursionistas.

**Gráfico 3:**

Idade dos Excursionista

Fonte: Dados de pesquisa.

■ Entre 50 e 60 ■ Entre 60 e 70 ■ Entre 70 e 85

No terceiro gráfico, é possível notar que os vinte excursionistas são idosos, sendo a faixa etária compreendida entre 50 e 85 anos. Apenas três possuem entre 50 e 60 anos; e entre 60 e 70 anos esse número aumenta para sete, enfim, a maioria se encontra na idade entre 70 e 85 anos, perfazendo dez excursionistas.

Diante dos três gráficos de perfis, tem-se as seguintes análises: mesmo o Sesc tendo como público-alvo os trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, e seus dependentes, outros usuários da rede também usufruem do serviço oferecido pelo Turismo Social da Instituição. Somado a isso, as pessoas do sexo feminino são as que mais procuram por esse suporte que as excursões trazem. Finalizando a análise, tendo como base a excursão para o Festival Folclórico de Parintins, os vinte excursionistas que acompanharam são idosos, não tendo alguém na faixa etária que se possa considerar adultos mais jovens, adolescente e/ou crianças.

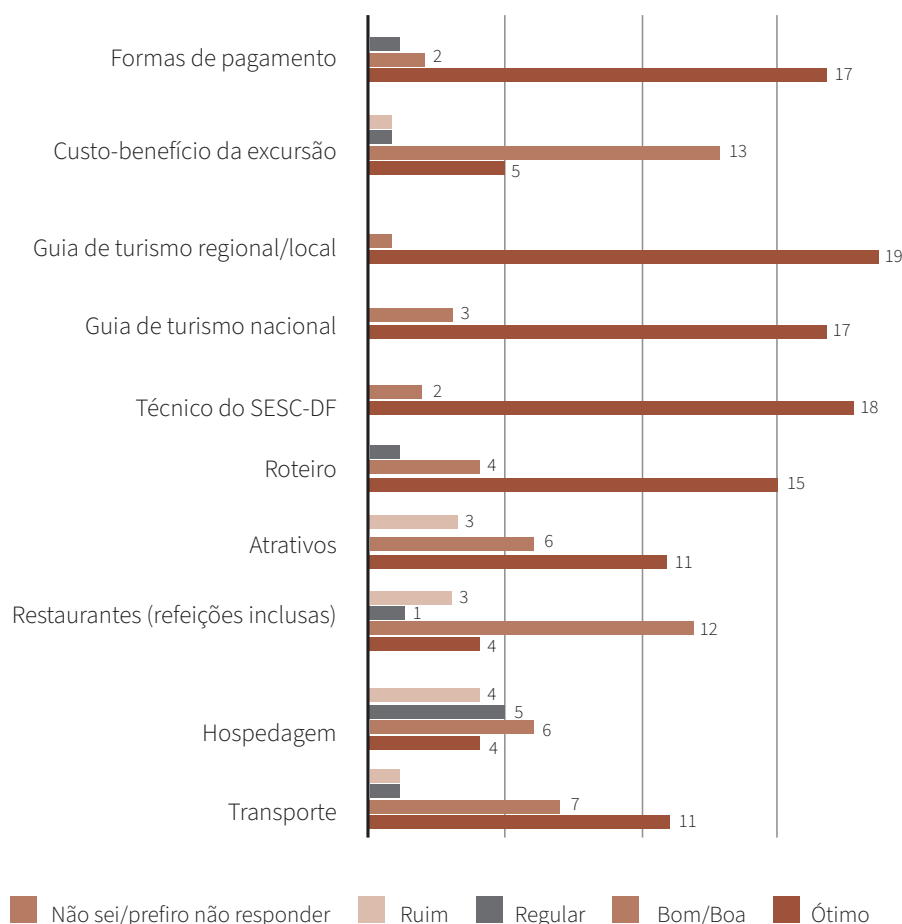


Gráfico 4:

Avaliação dos itens
pelos Excursionista

Fonte: Dados de pesquisa.

O gráfico 4 – Avaliação dos Itens pelos Excursionistas – apresenta uma análise da percepção dos participantes em relação a diversos aspectos do Festival de Parintins. Os excursionistas avaliaram dez itens principais durante a excursão: forma de pagamento; custo-benefício da excursão; guia de turismo regional; guia de turismo nacional; técnico do Sesc/DF; roteiro; atrativos; restaurantes (alimentação inclusa); hospedagem; e transporte. A avaliação indica que a maioria dos itens foi considerada ‘Bom/Boa’ ou ‘Ótimo’, refletindo um alto nível de satisfação geral entre os excursionistas.

Notavelmente, o ‘Guia de Turismo Nacional’ e o ‘Técnico do Sesc/DF’ destacaram-se com muitas avaliações na categoria ‘Ótimo’. Esses resultados sugerem que os guias turísticos e os técnicos do Sesc/DF desempenharam um papel crucial na experiência positiva dos participantes. Por outro lado, o item ‘Formas de Pagamento’ recebeu menor número de avaliações, com algumas classificações, como ‘Não sei/Prefiro não responder’ e outras, como ‘Regular’ ou ‘Bom/Boa’. Isso pode indicar uma área com potencial para melhorias, possivelmente relacionada à diversidade e facilidade de métodos de pagamento oferecidos.

Conclusão

O turismo social desempenha um papel fundamental na democratização do acesso ao festival, permitindo que pessoas de diferentes origens socioeconômicas vivenciem a cultura local. Essa abordagem inclusiva não apenas fortalece a coesão social, mas também enriquece a experiência cultural dos visitantes, ao proporcionar um contato mais direto e autêntico com as tradições locais. A implementação de políticas de turismo social contribui para um ambiente mais justo e equitativo, onde o patrimônio cultural pode ser apreciado por uma gama mais ampla de indivíduos, promovendo assim um turismo mais responsável e sustentável.

Por meio do Turismo Social promovido pelo Sesc, o Festival torna-se acessível a uma população que, de outra forma, poderia ser excluída das práticas turísticas. Essa democratização do acesso permite que trabalhadores do comércio e seus dependentes, entre outros, tenham a oportunidade de se imergir nas tradições culturais do Amazonas.

O estudo revela que o público beneficiado por essas iniciativas é, em grande parte, composto por idosos, especialmente mulheres, o que sublinha a importância de políticas que atendam a esses segmentos populacionais. Além disso, a alta satisfação relatada pelos excursionistas em relação aos guias e técnicos do Sesc indica que o Turismo Social está sendo bem executado, contribuindo para uma experiência enriquecedora e significativa.

No entanto, a análise também aponta para áreas de melhoria, como a diversificação das formas de pagamento, o que poderia facilitar ainda mais o acesso ao Festival. Portanto, para manter e expandir o impacto positivo do Festival Folclórico de Parintins, é crucial continuar aprimorando as estratégias de Turismo Social, garantindo que elas permaneçam inclusivas, acessíveis e adaptadas às necessidades específicas dos grupos atendidos.

Referências

Andrade, O. (2023). *Estrelas de um Centenário*: Trajetória do Boi-Bumbá Caprichoso. Rio de Janeiro: Editora UEA,

Cavalcanti, M. L. V. de C. (2000). Boi-Bumbá de Parintins, Amazonas: breve história e etnografia da festa. *História, Ciências, Saúde*, 6, 1019-1046.

Cheibub, B. L. Reflexões sobre o Turismo Social a partir da história institucional do Serviço Social do Comércio (Sesc). (2012). *Anais... VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul. Recuperado de: https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/02/05_Cheibub.pdf.

Festival de Parintins. *Conheça a origem do Festival de Parintins*. Recuperado de: <https://www.festivaldeparintins.com.br/conheca-a-origem-do-festival-deparintins/>

Prado, R. (2023, 23 jun.). História do Festival de Parintins. *Gazeta da Amazônia*, Recuperado de: <https://gazetadaamazonia.com.br/23/06/2023/historia-festivalde-parintins/>

SAM. (20236, dez). Conheça a origem do Festival de Parintins. *Festival de Parintins*. Recuperado de: <https://www.festivaldeparintins.com.br/conheca-a-origem-do-festivalde-parintins/>

Sesc SP. *O que é turismo social?* Recuperado de: <https://www.sescsp.org.br/editorial/o-que-e-turismo-social/>

Sesc SP. *Texto Turismo Social no Sesc SP*: Turismo para Todos. Recuperado de: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4656859/mod_resource/content/1/Texto%20Turismo%20social%20no%20Sesc%20SP.%20Turismo%20para%20todos.pdf.

Ana Clara Diniz Sousa – Graduanda em Turismo, Universidade de Brasília. E-mail: sousa.diniz@aluno.unb.br

INVERSÃO SIMBÓLICA E TURISMO SOCIAL: A PATRIMONIALIZAÇÃO DO SURURU NO ESTADO DE ALAGOAS

Por Ernani Viana da Silva Neto e Susana de Araújo Gastal



Introdução

O continente europeu, pós-Segunda Guerra Mundial, estruturou o Estado de Bem-Estar Social, “a forma moderna mais avançada de exercício público da proteção social”¹. O mesmo teórico afirma, em prosseguimento, que o *Welfare State* “poderia servir de baliza ou referência ‘teleológica’ para uma periodização e padronização das ‘formas inferiores’ ou menos desenvolvidas de proteção social, apresenta uma variedade tão grande de trajetórias e formas no seu processo de construção e expansão, nos seus graus de profundidade e universalidade [...]”².

Antes disso, o Brasil do regime do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), ao introduzir o período de férias remuneradas, esteve entre os primeiros países – conjuntamente com o México – a ratificar a 52ª Convenção da Organização Internacional do Trabalho, em 1938, que aconselhava a implantação dessa medida aos países signatários da ONU³. O Brasil passou a ser estimulado, via governos e por associações trabalhistas e/ou patronais, à promoção de atividades de lazer, recreação e conhecimento de outras localidades. Essa estratégia vitalizou toda uma economia voltada ao setor de bens e serviços, dentre as quais o Turismo e Viagens⁴.

As primeiras definições de Turismo Social emergiram na década de 1950 para dar conta das novas demandas de consumo de baixo orçamento das camadas assalariadas. Ao estudar sua reformulação ao longo das décadas, Marcelo Almeida conceitua Turismo Social como: “aquele fomentado sócio politicamente pelo Estado e organizado por entidades da sociedade civil (assistenciais, profissionais ou outras) com objetivos claramente definidos de recuperação psicofísica e de ascensão sociocultural dos indivíduos, de acordo com os preceitos da sustentabilidade, que devem estender-se às localidades visitadas”⁵.

Como visto, o conceito implica tanto a configuração do perfil que consome os bens e os serviços turísticos como, também, o de quem o oferta dando-lhe distinção significativa. Nesse sentido, pode-se incluir no contexto setores sociais em condição de marginalidade social e simbólica que podem ser incrementados ao Turismo, via políticas de estado e, também,

^{1,2} Fiori, 1997, p. 131.

³ Schenkel, 2018.

⁴ Trigo, 1996.

⁵ Almeida, 2016, p. 145.

pelo apoio dos mais diversos agentes. O Turismo Social dignifica todos os membros de uma dada sociedade quando de fato se torna uma política pública efetiva⁶. Tal amplitude conceitual permite, sob seus termos, expor a experiência de pesquisa da Patrimonialização do Sururu, no ano de 2014 em Maceió, capital do estado de Alagoas. Ali, a atividade se consolidou a contrapelo dos discursos hegemônicos presentes nas publicidades oficiais do turismo a época para, a partir de então e na atualidade, vislumbrar possibilidades de articulação do Sesc local com as associações representativas em que o referido bem encontrar-se inserido.

O Sururu é um molusco bivalve (entre duas conchas) presente na Lagoa Mundaú, inserida no complexo estuarino lagunar mundaú-manguaba na região metropolitana de Maceió. Seu nome deriva do tupi ‘çoo-rurú’ (bicho húmido) e sua identificação científica, *Mytella Charruana*, foi dada pelo naturalista francês, contemporâneo de Charles Darwin, Alcide Charles Victor Marie Dessalines d’Orbigny, em 1846. Sua ocorrência se dá em ambientes lodosos do litoral atlântico desde a Venezuela, passando por todo litoral brasileiro e indo até a Argentina⁷. Dentre as diversas espécies que compunham a ecologia da Lagoa Mundaú, Lima (2010) destaca o sururu como espécie mais singular por estar bem ambientada ao teor salobro das águas da lagoa, em contato com a vasão do mar, ao ponto de produzir, até meados do século passado, mais proteína animal do que o sul do Brasil.

⁶ Minnaert, Maitland e Miller, 2009, apud Almeida, 2016.

⁷ Narchi & Galvão-Bueno, 1983.



Figura 1:
Família de sururuzeiros
na lagoa Mundaú.

Fonte: História
de Alagoas, 2018.



Figura 2:

Catadora de sururu na Lagoa Mundaú, em Maceió, na década de 1920.

Fonte: historiadealagoas.

Sua simbolização na cultura alagoana pode ser percebida por diversas matérias na *Revista Carioca*, editada no Rio de Janeiro entre 1935-1954, quando tratam a cidade de Maceió e seus costumes alimentares pela palavra de escritores como Jorge de Lima e Waldemar Cavalcanti, ou nos registros de viagem do modernista Mário de Andrade na década de 1920⁸, ou ainda no frevo *Sururu da Nêga* (1934), dos compositores Aristóbulo Cardoso e Pedro Nunes, considerado até os dias atuais como um dos grandes hinos do carnaval alagoano.

Entretanto, após a década de 1930, quando o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) começou a estruturar o setor de serviços do Turismo Nacional como parte do seu projeto de integração nacional⁹, houve a permissão da abertura do porto de Maceió. Antes, a estrutura atracativa se restringia a um ancoradouro na enseada do bairro do Jaraguá. A partir do Decreto n. 23.469, de 16 de novembro de 1933, e com a divulgação das publicações de Mário de Andrade sobre suas andanças pelo país, estimulou-se a escrita do documento nativo *Vade Meccumm do Turista em Alagoas*, de Moreno Brandão, em 1937.

Pouco a pouco, a região lagunar de Maceió, que fazia contato com a velha capital do estado, Marechal Deodoro, e outras cidades importantes como Pilar, Coqueiro Seco e Santa Luzia do Norte, foi diminuindo sua influência nas imagens e no imaginário telúrico, para dar lugar as modernas paisagens

⁸ Da Silva Neto, 2021.

⁹ Neto, 2013.

litorâneas¹⁰. Já na década de 1940, turistas, vindos principalmente do eixo Rio de Janeiro – São Paulo, visitavam Maceió motivados por conhecer, entre outros, o famoso coqueiro Gogó da Ema, entre as praias de Pajuçara e Ponta Verde. Tal coqueiro ainda se configura como um dos símbolos comerciais da cidade, mesmo já tendo tombado.

A imagem de Maceió como destino turístico de sol e mar consolida-se estruturalmente a partir da década de 1980, com a inauguração do hotel Jatiúca, em 1979, com a urbanização da orla e com a construção da ponte Divaldo Suruagy, ligando Maceió a Marechal Deodoro e demais cidades do litoral sul. Este processo agudizou ao longo das décadas, de 1990 e até os dias atuais, com uma crescente urbanização do litoral norte da capital.



Figura 2:

Um sagrado que se oferta.

Fonte: Christiano Barros / Blogspot Negros, Canais, Lagoas e Outras Imagens Periféricas.

Em 12 de setembro de 2004, foi publicada a obra *Manifesto Sururu* em um dos grandes jornais do estado, o *Tribuna de Alagoas*, com autoria do então estudante de doutorado em Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco, Edson Bezerra. Dentre as diversas provocações trazidas pelo texto estavam a substituição das estátuas dos Marechais Floriano Peixoto e Deodoro

¹⁰ Barros, 2018

da Fonseca, os dois primeiros presidentes da república brasileira, ambos alagoanos, pela de Zumbi dos Palmares e, principalmente, a elaboração de “novas rotas, rotas alagoanas: de canais e lagoas, sobretudo”.

Naquele mesmo ano foi lançada, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a tese do antropólogo Ulisses Rafael, intitulada *Xangô Rezado Baixo: um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912*, que trata do massacre aos terreiros de Maceió em 2 de fevereiro de 1912, numa sexta-feira de Carnaval, que relegou ao silêncio diversas manifestações populares por décadas. Também foi fundada a Orquestra de Tambores de Alagoas, liderada por Wilson Santo e a Casa de Iemanjá – Ponto de Cultura Quilombo Cultural dos Orixás, zelada por Pai Célio Rodrigues, primeira casa de axé a se tornar Ponto de Cultura no Brasil.

Com esses acontecimentos locais, pode-se afirmar que se cria, a partir de então, o engendramento de inversões discursivas e simbólicas na cultura alagoana, ao converter em emblema¹¹ os estigmas atribuídos às culturas negras e periféricas. Com o grupo de trabalhadores da cultura e das artes, influenciado por estes acontecimentos, em 2006 realiza-se a primeira passeata dos religiosos em memória ao ‘Quebra de 1912’; em 2007 houve o ressurgimento dos Maracatus na cidade, e o primeiro Polo Afro no Carnaval de Maceió; em 2008 há a primeira edição da ‘Festas das Águas’, em que diversos percussionistas fazem apresentações musicais no dia 8 de dezembro, dia de Iemanjá em Maceió, junto aos religiosos que entregam oferendas a esta orixá por todo litoral maceioense; em 2012, houve a celebração em torno do centenário do ‘Quebra de Xangô de 1912’ com pedido oficial de perdão pelo governador do estado; e, em 2014, o Sururu foi chancelado como Patrimônio Cultural de natureza Imaterial do estado de Alagoas.

Metodologia

A proposta de patrimonialização do Sururu ocorreu como uma resposta à divulgação, dada em Diário Oficial n. 244, p. 35, do dia 31 de dezembro de 2012, da patrimonialização da receita do Camarão do Bar das Ostras. A receita estava em poder da empresa Sococo S/A, que detinha o interesse em seu registro. Esta ação não se deu sem polêmicas. Alguns dos antigos

¹¹ Bourdieu, 1992.

frequentadores do Bar das Ostras afirmam que a famosa receita de Dona Oscarlina continha sururu e peixe, e que a receita supervalorizou o camarão e, para surpresa de muitos, não tinha leite de coco, mas, sim, manteiga de garrafa sertaneja. Sendo assim, a ideia da sua valorização a partir de status dado pela titulação patrimonial, era a de que:

O ‘Camarão Alagoano’ teve como um dos seus atributos ser capaz de congregiar pessoas de vários destinos, inclusive turistas que, atraídos pelo seu sabor peculiar, se reuniam no antigo Bar das Ostras onde reafirmavam sua importância como ícone da cultura gastronômica de Alagoas. Sua fama “ultrapassou os limites territoriais da cena local e o tornou sinônimo de alagoanidade”¹².

Com a “alagoanidade” em disputa, o então estudante de mestrado Ernani Viana da Silva Neto aciona Edson Bezerra para juntos escreverem um texto, de caráter ensaístico, reivindicando o Sururu como símbolo atávico da cultura gastronômica e do imaginário maceioense – e alagoano, por extensão –, que merecia o título de Patrimônio Imaterial do Estado de Alagoas. A publicação na *Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade* foi o mote para a abertura do processo de Patrimonialização do Sururu, que se deu poucas semanas após tal publicação¹³.

¹² Alagoas, 2012. p. 35

¹³ Da Silva Neto & Bezerra, 2014.



Figura 3:

Sururu no Capote.

Fonte: Ernani Viana.

Resultados

Os resultados da patrimonialização do Sururu enquanto bem cultural de natureza imaterial do estado de Alagoas foram imediatos, tanto nas mídias locais, sobre a importância do título, bem como em âmbito nacional sobre a balneabilidade da lagoa Mundaú e das más condições de vida dos catadores e catadoras. Na cultura, o sururu nomeou grandes blocos carnavalescos, como o Sururu da Lama; festivais musicais como o Sururu Music; diversos mapeamentos, dentre as quais *A cadeia produtiva do Sururu*; e diversas pesquisas, dentre elas o aproveitamento da casca do Sururu na base de blocos para construção civil.

Em síntese, estes intelectuais disputaram os sentidos da alagoanidade, buscaram consagrar os elementos da matriz identitária anfíbio-lacustre no âmbito burocrático estatal, tornar seus símbolos autênticos, dignos de reconhecimento – provocar deslocamentos conceituais na esfera das culturas populares tradicionais. O êxito de seus esforços, por sua vez, expõe uma sensível mudança nesta balança de poder (Elias, 1990), fruto de uma série de engajamentos e lutas simbólicas pela dilatação de suas referências identitárias no campo da diversidade (...) Este é um indício de que os agentes que compõem esse espaço, que militam pela valorização destas identidades, já acumulam mais poder do que outrora¹⁴.

De todo modo, há fragilidades no processo, como: não há comunidade detentora especificada; não há plano estratégico de salvaguarda do bem; nem indícios de ações institucionais que vislumbrem a possibilidade de aproveitamento e uso turístico em seu local de coleta. Tais medidas devem ser repensadas para sua revalidação que venceu, segundo orientação via Resolução nº 5, de 12 de julho de 2019, em dezembro de 2024.

¹⁴ Magalhães, 2017, p. 175.



Figura 3:

Catador de Sururu.

Fonte: Lula Castelo Branco / Blogspot Negros, Canais, Lagoas e Outras Imagens Periféricas.

Considerações Finais

O presente trabalho buscou compartilhar o processo de registro do Sururu no estado, sob os preceitos teóricos do Turismo Social, já que o turismo em Alagoas é palco de disputas identitárias. Viu-se que, apesar de alguns avanços, é necessária a tomada de medidas para que o bem continue relevante nas pautas públicas, e na profissionalização dos seus agentes, no que se refere ao Turismo Social e local, e que a titulação de patrimônio imaterial avance para o tombamento do bem em questão, sob os moldes regulados pelas leis de proteção genética/biológica e da paisagem cultural do complexo estuarino Mundaú-Manguaba.

Referências

- Almeida, M. V. de. (2016). Turismo social: reflexões e práticas no Brasil. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 26, 141-154. Recuperado de: <https://geohereditas.igc.usp.br/wp-content/uploads/2021/05/6221-20030-1-PB.pdf>
- Barros, R. R. de A. (2018). *Solitários no Paraíso*: Produção cultural e expressões de isolamento em Maceió. Maceió: Fapeal, Imprensa Oficial Graciliano Ramos.
- Bezerra, E. J. de G. (2004, 12 set.). Manifesto Sururu. *Jornal Tribuna de Alagoas*, Caderno Divirta-Se. pp. 1-6. Maceió.
- Bezerra, E. J. de G., & Vasconcelos, D. A. L. de. (2012). Roteiros para um novo modelo de turistificação: do turismo de massa a águas alternativas (e alegorias) em Alagoas. In: Silvana Pirillo Ramos (Org.). *Planejamento de Roteiros Turísticos*. pp. 113-130 Porto Alegre: Asterisco.
- Bourdieu, P. (1992). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Da Silva Neto, E. V. (2021, 31 maio). Maceió nos registros do turista aprendiz Mário de Andrade. In: *História de Alagoas*. Site. Recuperado de: <https://www.historiadealagoas.com.br/maceio-nos-registros-do-turista-aprendiz-mario-de-andrade>
- Da Silva Neto, E. V., & Bezerra, E. J. de G. (2014). O Imaginário Sururu: um patrimônio a contrapelo. *Revista Rosa dos Ventos*, 6(1), pp. 96-116. Recuperado de: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/2527>
- Da Silva Neto, E. V., & Bezerra, E. J. de G. (2014). *Dossiê de Patrimonialização de Bem Cultural de Natureza Imaterial do estado de Alagoas | Sururu*. Mimeo. Maceió. Recuperado de: https://www.academia.edu/19873166/Dossi%C3%AA_de_Patrimonializa%C3%A7%C3%A3o_de_Bem_Cultural_de_Natureza_Imaterial_do_estado_de_Alagoas_Sururu
- Fiori, J. L. (1997). Estado de bem-estar social: padrões e crises. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 7, 129-147. Recuperado de: <https://www.scielo.org/pdf/phys/1997.v7n2/129-147/pt>
- Gastal, S. de A., & Da Silva Neto, E. V. (2021). Turismo e Cultura: O Carnaval na cidade de Maceió (Brasil). *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 8(1), 221-239, <https://doi.org/10.21814/rlec.2691>
- Gastal, S. de A., Vasconcelos, D. A. L., Araujo, L. M. de, & Félix, T. L.L. (2023) Para além de um destino turístico: contradições territoriais em Maceió, Alagoas, Brasil. *Revista Cultur*, 17(1), 1-25.
- Lima, I. F. (2010). *Maceió, a Cidade Restinga*: Contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, Cepal.
- Magalhães, L. F. B. G. (2017). *Políticas Culturais e políticas de identidade em Alagoas*: governo Ronaldo Lessa (1999-2006) e governo Teotônio Vilela (2007-2014). Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Brasil.
- Minnaert, L., Maitland, R., & Miller, G. (2009). Tourism and social policy: the value of social tourism. *Annals of Tourism Research*, 36(2), 316-334.
- Narchi, W., & Galvão-Bueno, M. S. (1983). Anatomia funcional de *Mytella charruana* (d'Orbigny, 1846) (Bivalvia: Mytilidae). *Boletim de Zoologia*, 6(6), 113-145. <https://doi.org/10.11606/issn.2526-3358.bolzoo.1983.121956>
- Neto, L. (2013). *Getúlio*: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930/1945). São Paulo: Companhia das Letras.
- Schenkel, E. (2018). Turismo Social en América latina: la conquista de un derecho desigual. *Lurralde: Investigación y Espacio*, 48, 93-113.
- Trigo, L. G. G. (1996). *Filosofia da formação profissional nas sociedades pós-industriais - um olhar para além do tradicional*: O caso do lazer e do turismo. Tese, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Brasil.
- Ticianeli, E. (2018, 6-11). A história do Sururu alagoano. História de Alagoas. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/a-historia-do-sururu-alagoano>

Ernani Viana da Silva Neto – Mestre. Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul; Pesquisador bolsista PROSUC/CAPES. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3774936945702244> | E-mail: ernaniviana@gmail.com

Susana de Araújo Gastal – Doutora. Professora, pesquisadora e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí. Bolsista CNPq Produtividade em Pesquisa. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0363951380330385> | E-mail: susanagastal@gmail.com

O TURISMO SOCIAL E A DEMOCRATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA TURÍSTICA

*Por Rafael Rodrigues Sobreira de Souza
e Fábio William da Silva Pereira*



Introdução

No Brasil, o Lazer é direito constitucional. Todavia, o direito ao lazer é comumente negligenciado pelo Estado que, historicamente, prioriza outras áreas. Diante dessa situação, o Turismo Social pode ser uma alternativa para que a população menos abastada possa exercer seu direito ao lazer, por meio do turismo. Tendo como objeto de pesquisa o Turismo Social no Brasil, o objetivo, aqui, é o de analisar o como este é promovido pelo Serviço Social do Comércio [Sesc], podendo contribuir com a democratização da experiência turística.

O turismo convencional está em constante expansão no Brasil e no Mundo. Entretanto, a atividade é frequentemente restrita a determinados grupos sociais, perpetuando desigualdades e excluindo uma parcela significativa da sociedade. A segregação social e espacial presentes no turismo brasileiro impõem às populações excluídas e de baixa renda, barreiras no acesso ao lazer¹. Em contrapartida, o Turismo Social praticado pelo Sesc busca tornar acessível o direito ao lazer através da atividade turística democratizada.

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizou-se como metodologia a pesquisa qualitativa exploratória. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema em artigos científicos, que deram embasamento teórico à discussão. Na sequência, analisou-se a atuação do Sesc na promoção do Turismo Social no Brasil.

¹ Almeida
& Gutierrez, 2007.



Figura 3:
XXXXXX.

Fonte: XXXXXXX.

Resultados

O turismo, enquanto possibilidade de Lazer, é um fenômeno econômico, social e humano. De acordo com Cheibub (2012), a atividade turística está em um constante processo de expansão, todavia, existem barreiras econômicas, sociais, espaciais, políticas, culturais e físicas que restringem grande parte da população de usufruir o turismo como opção de lazer. Concorde-se, no presente estudo, com a visão de Fino e Silva (2013, p. 1309), de que o “Turismo Social é um meio de democratizar o acesso às viagens e ao lazer, promovendo a igualdade social e a sociabilidade das classes menos favorecidas econômica e socialmente”. Nesse sentido, pode-se concluir que Turismo Social é um segmento que não visa ao lucro e tem como objetivo oferecer a experiência turística para as classes menos abastadas.

No Brasil, diferente da maioria dos países europeus, as ações do Estado para promover esse tipo de turismo ainda são incipientes, “quem passa realmente a desenvolver ações turísticas com mais regularidade é o Serviço Social do Comércio (Sesc)”². O Sesc, entidade de direito privado e sem fins lucrativos, mantida e administrada pelos empresários do setor de comércio de bens e serviços, busca contribuir com o bem-estar social dos seus associados em diversas áreas, dentre elas o Lazer.

Protagonista do Turismo Social no Brasil, o Sesc oferece viagens a preços acessíveis, o que contribui com a ampliação das opções de lazer e democratiza a experiência turística. Dessa forma, o Sesc, como entidade privada, mas que promove o desenvolvimento social, cumpre um papel importante na promoção do direito ao lazer. Segundo Almeida (2016, p. 147), o “turismo social sempre foi uma das linhas de atuação do Sesc, desde suas origens, por meio da criação de estabelecimentos de hospedagem e da organização de roteiros de viagens [...]”.

Vale ressaltar que, atualmente, o Sesc está presente em todas as regiões do país e oferece hospedagem em 38 hotéis e pousadas, distribuídos em 20 estados. Sob a ótica do turismo responsável, que valoriza a cultura e o meio ambiente, as opções de hospedagem, roteiros de viagens e passeios são oferecidos pelo Sesc a preços acessíveis. Desse modo, ao promover o acesso ao lazer

² Cheibub, 2012, p. 7.

por meio do Turismo Social, o Sesc contribui com a integração de trabalhadores de baixa renda no fenômeno turístico. Além dos preços acessíveis, o Turismo Social praticado pelo Sesc também promove ações de integração social por meio de roteiros culturais que valorizam a história e o patrimônio local.

Destaca-se que o público-alvo da instituição são os comerciários, mas visando à democratização da experiência turística, atualmente, não há impeditivos a participação do público geral. Para Cheibub (2012), quando os seus serviços e equipamentos passaram a ser ofertados por um preço diferenciado ao cidadão em geral, e não somente aos comerciários, permitiu-se que diferentes classes sociais passassem a ter acesso ao Turismo e ao Lazer. Portanto, pode-se enfatizar a contribuição que o Sesc tem exercido na democratização da experiência turística no Brasil. Ao tornar o turismo acessível àqueles que não têm condições financeiras para usufruir do direito ao lazer, o Sesc promove a cidadania e o bem-estar do cidadão.

Considerações finais

Ao longo da pesquisa, buscamos analisar como o Turismo Social promovido pelo Sesc pode contribuir com a democratização da experiência turística. A análise evidenciou que, embora o lazer seja um direito previsto na Constituição Federal, sua efetivação, especialmente por meio do turismo, é restrita a grupos sociais mais privilegiados. Contudo, o Turismo Social é uma forma de democratizar o Turismo e o acesso ao Lazer. Nesse contexto, as ações do Sesc, voltadas ao Turismo Social, contribuem com a ampliação das opções de lazer e vêm colaborando com a democratização da experiência turística no Brasil. Em última análise, fica evidente que no Brasil ainda existem muitos desafios em relação ao acesso de pessoas menos favorecidas ao turismo e ao lazer. Para superar tais desafios se faz necessário ampliar as políticas públicas voltadas ao Turismo Social, onde o Estado assuma o compromisso de garantir o acesso universal ao lazer.

Referências

- Almeida, M. (2016). Turismo social: reflexões e práticas no Brasil. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 26, 141-15. DOI: <https://doi.org/10.34624/rtd.v0i26.10785>.
- Almeida, M., & Gutierrez, G. (2007). O lazer no Brasil: do nacional-desenvolvimentismo à globalização. *Conexões*, 3(1), 36-57. DOI: <https://doi.org/10.20396/conex.v3i1.8637887>.
- Cheibub, B. L. (2012). Reflexões sobre o turismo social a partir da história institucional do Serviço Social do Comércio (Sesc). *Anais... VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul. Recuperado de: https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/02/05_Cheibub.pdf.
- Fino, P., & Silva, N. (2013). O estudo do turismo social: teoria e prática no ensino superior. *Tourism & Management Studies*, 4, 1308-1318.

Rafael Rodrigues Sobreira de Souza – Bacharel. Mestrando em Ensino de Geografia, Instituto Federal de Brasília; professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7713758814075665> | E-mail: rafael19geo@gmail.com

Fábio William da Silva Pereira – Bacharel. Mestrando em Ensino de Geografia, Instituto Federal de Brasília; professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3870064569598547> | E-mail: fabiowill21@gmail.com

MÃES ATÍPICAS NO TURISMO SOCIAL: DIVERSIDADE E INCLUSÃO ATRAVÉS DO LAZER

*Por Beatriz Esperança Neves, Bárbara Sant´Anna Bizarro
e Vitor Lupi Monteiro Garcia*



Introdução

O projeto ‘Férias Imperdíveis do Turismo Social’ oferece aos participantes do Programa de Comprometimento e Gratuidade do Sesc/Rio, acesso a excursões com transporte, hospedagem, refeições e visitas a atrativos turísticos inclusos, de forma gratuita. O referido programa atinge um público que, em sua maioria, nunca teve a experiência de se hospedar em um hotel ou a oportunidade de visitar um destino turístico. Promovendo o reconhecimento e a vivência da diversidade cultural e histórica dos destinos visitados, o projeto oferece momentos de lazer, integração e uma experiência única na vida dos participantes.

O ‘Férias Imperdíveis do Turismo Social’ foi ampliado para incluir os participantes do projeto ‘Cuidando de Quem Cuida – Mães Atípicas’. Tal iniciativa torna-se especialmente relevante quando se considera a vivência da maternidade, que constitui mudanças significativas na vida das mulheres de forma biológica, física, emocional e social. Quando se trata especificamente sobre mães atípicas (mães de crianças com síndromes, transtornos ou deficiências) as mudanças são imensuráveis e complexas, afetando a dinâmica familiar em seus variados aspectos: social, emocional e financeiro. Como resultado das necessidades específicas de um filho com diagnóstico, o lazer é frequentemente o primeiro item a ser repensado, devido à dificuldade em lidar com as alterações comportamentais e sensoriais, à falta de acessibilidade, integração e inclusão.

Cuidando de quem cuida

O projeto ‘Cuidando de Quem Cuida – Mães Atípicas’, realizado pela Assistência no Sesc Barra Mansa, foi iniciado em janeiro de 2020, atendendo a uma demanda espontânea de mães em busca de atividades para seus filhos com deficiência. O projeto é estruturado de forma horizontal e visa a atender famílias de pessoas com múltiplos diagnósticos. Além de estar voltado às pessoas com deficiência, também aborda o autocuidado dos responsáveis, que buscam melhorar as condições de vida de seus filhos. O suporte emocional, a socialização e a construção de redes sociais são fundamentais para o desenvolvimento do projeto.

No momento desta escrita, adaptando-se à demanda, o projeto atendia 37 mães, três pais e 44 dependentes com idades entre cinco e 30 anos, com os mais diversos diagnósticos e comorbidades. Segundo Otto e Ribeiro (2020), o trabalho realizado com grupos familiares aponta que, quando estão reunidos se sentem mais à vontade. O benefício da intervenção com grupos sociais é percebido, principalmente, em famílias fragilizadas ou marginalizadas que se associam por semelhança e identificação. Nesse espaço social construído coletivamente, desde 2020, famílias compartilham suas demandas e aprendem com as experiências de outros pais e mães.

Essa abordagem tem proporcionado mudanças individuais e coletivas, promovendo a construção e reconstrução de redes sociais de apoio, ajudam e desenvolvem capacidade de autocrítica e autorreflexiva para acessar direitos sociais, lugares, novas experiências e eternizar momentos como os vivenciados pelas viagens do ‘Férias Imperdíveis’. A sensibilidade na união dos dois projetos permitiu refletir e avaliar questões como a inclusão dos diversos diagnósticos dos participantes em todo o roteiro e a elaboração de uma programação que atenda cuidadores e seus filhos de forma independente. Além de dar acesso a filhos com deficiência, o projeto acolhe pais e mães que enfrentam a privação de recursos financeiros, tratamentos médicos e políticas públicas emancipadoras, além de uma rede de apoio ineficaz.



Figura 1:

XXXXXXXXXXXXX.

Fonte: XXXXXXXXXXXX.

Resultados

O projeto foi realizado em 2021, no Hotel Sesc Nova Friburgo, em 2022, no Hotel Sesc Cabo Frio e, em 2023, no Hotel Sesc Nogueira. Cada edição mostrou novos aprendizados e desafios. O primeiro aprendizado foi o de envolver as unidades receptoras e sinalizar as especificidades do grupo, facilitando o entendimento ao roteiro proposto. Avaliou-se o roteiro junto às famílias, reafirmando a importância da construção das programações de maneira horizontal, ampliando o olhar e compreensão da instituição que trabalha de forma inclusiva.



Figura 2:
XXXXXXXXXXXXX.
Fonte: XXXXX.

O ‘Férias Imperdíveis’ utiliza roteiros-base que servem como ponto de partida para a operação turística. Esses roteiros foram analisados e alinhados às necessidades e à expectativa dos participantes, considerando a formação do grupo. Foi aplicado um questionário sobre as necessidades individuais de cada participante, como restrições alimentares, limitações motoras e sensoriais e horário de medicações, cujas respostas foram compartilhadas com a equipe da unidade hoteleira receptiva e fornecedores.

Na edição de Nova Friburgo foram atendidas 20 pessoas, devido às medidas adotadas durante a pandemia de Covid-19, utilizando apenas 50%

da lotação do ônibus. Márcia, uma participante que optou por seguir o grupo em transporte próprio, com receio da não adaptação do filho Breno, autista severo, relatou:

O Sesc nos presenteou e, sem sombra de dúvidas, foi presenteado com a efetiva realização da inclusão dentro do seu espaço. Senti, honestamente, um olhar surpreso e de admiração em boa parte dos hóspedes e pronto: estávamos nós ali, promovendo a inclusão. Ninguém saiu igual depois dessa viagem...nem nós, nem o Sesc e nem os hóspedes de lá. Mas acho que quem mais saiu feliz de tudo isso foram nossos meninos e meninas que viram a inclusão acontecer no espaço mais complexo de todos: o espaço do lazer!

No Hotel Sesc Cabo Frio, houve barreiras estruturais do município, como calçadas inadequadas e atrações inacessíveis, como o Forte de São Mateus. No entanto, vivenciaram-se experiências únicas, como a oficina de *Surf Adaptado* e o banho assistido, realizados em parceria com uma ONG local. Uma das participantes fez o seguinte relato de forma anônima:

Em meio à correria e às demandas que vivemos na maternidade atípica, fazer parte de um projeto onde recebemos essa atenção e cuidado é, para mim, um presente de Deus. Sou muito grata pela oportunidade de viver essa experiência e ter na equipe do Sesc esse recurso. Além da alegria de poder viajar, distrair e renovar a força física, eu tenho a oportunidade de me despir de todos os rótulos que a sociedade nos impõe e viver livre e certa de que quem está ao meu lado, me compreende e sabe do quão desafiador a maternidade atípica é.

A terceira edição, realizada no Hotel Sesc Nogueira, atendeu 40 pessoas de 19 famílias. Em visita ao Centro Cultural Sesc Quitandinha, recebemos o relato do analista de Cultura que recepcionou o grupo em uma sessão inclusiva.

Sou acostumado a apresentar algumas sessões inclusivas, mas desde o momento que vi o grupo no domingo em Nogueira percebi que tinha algo diferente. Fiquei todo arrepiado, uma felicidade incomum. Todos nós trazemos nossas histórias, mas tenho certeza, que a reunião dessas pessoas durante esses dias foi planejada muito bem pelo universo.

Conclusões

A vivência proporcionada por esse projeto oferece aos participantes o empoderamento de ousar além da rotina, a segurança de um não-julgamento e a identificação de que não estão sozinhos. Isso permite a troca entre mães e pais que compreendem e entendem o desafio da maternidade atípica, além de oferecer aos filhos atividades de lazer, direito básico garantido na constituição e parte integrante da dignidade humana. É necessário entender que as adaptações necessárias, na maioria das vezes, não são apenas estruturais, mas incluem a oferta de uma alimentação inclusiva, comunicação afetiva, assertiva e não capacitista, e a formação de uma rede de apoio que ofereça segurança. O turismo, como experiência social, envolve todas as pessoas, independentemente de suas limitações, dificuldades e necessidades. Viajar como uma atividade de lazer beneficia o físico e o emocional.

O lazer, através do Turismo Social, além de ser um instrumento para o processo de autonomia da pessoa com deficiência, proporciona o convívio com a diversidade e o exercício da liberdade. A sociedade enfrenta dificuldades reais para oportunizar acesso ao direito social para pessoas com deficiência. O Sesc proporcionou acesso ao direito social de mães/pais e filhos a vivenciarem sonhos possíveis, reais e necessários para construção de uma sociedade mais humanizada e sensível.

Diante do processo de construção dessa rede social mediada pelo Sesc Barra Mansa foi possível identificar o fortalecimento dos vínculos entre famílias que não se conheciam e atualmente são núcleos apoio, empoderamento e encorajamento mútuo. A autorreflexão de serem detentores de direitos sociais, como o lazer e o turismo, somada à experiência, vem ampliando o acesso dessas famílias a outros direitos fundamentais para uma vida mais digna, justa e solidária.

Referências

Otto, A. F., & Ribeiro, M. A. (2020). Contribuições de Murray Bowen à terapia familiar sistêmica. *Pensando Famílias*, 24(1). Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ana-Otto-2/publication/345760922_Murray_Bowen's_contributions_to_systemic_family_therapy/links/6096b44c458515d31507bd28/Murray-Bowens-contributions-to-systemic-family-therapy.pdf

Beatriz Esperança Neves – Bacharel em Turismo; Analista de Turismo Social do Sesc/RJ, Unidade Barra Mansa. *E-mail:* beatriz.veloso@sescrj.org.br.

Bárbara Sant'Anna Bizarro – Especialista em Dependência Química, Universidade de São Paulo (2015); Analista de Projetos Sociais do Sesc/RJ, Unidade Barra Mansa. *E-mail:* barbara.bizarro@sescrj.org.br.

Vitor Lupi Monteiro Garcia – Mestre em Ciências da Atividade Física, Universidade Salgado de Oliveira; Analista de Esporte do Sesc/RJ. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0109919486010420> | *E-mail:* vitor.garcia@sescrj.org.br

TURISMO SOCIAL NO DF: VIVENDO BRASÍLIA PARA ALÉM DO TEMPO DE TRABALHO

*Por Emily Gabriela Silva Santos, Karolina Martins de Sousa Machado
e Angela Teberga de Paula*



Introdução

O projeto de extensão universitária ‘Turismo Social no DF – Vivendo Brasília para além do tempo de trabalho’ foi criado em 2023, pelo Centro de Excelência em Turismo, vinculado à Universidade de Brasília. O objetivo geral do projeto é o de proporcionar ascensão sociocultural aos participantes por meio de visitas a pontos de interesses turísticos no Distrito Federal. Além disso, conta como objetivos específicos: (a) Apresentar aos participantes alguns dos principais atrativos e espaços/equipamentos turísticos do Distrito Federal, sob a perspectiva do Turismo Social; (b) Desenvolver um olhar diferenciado sobre a fruição turística que contemple aspectos como as memórias evocadas pelas visitas e a interação com o patrimônio cultural e natural e o ambiente urbano.



Figura 1:

Participantes do projeto.

Fonte: Acervo do projeto.

O projeto justifica-se por propor ser instrumento de inserção social, uma vez que busca proporcionar passeios turísticos de qualidade a sujeitos negligenciados pelas políticas públicas de lazer, incluindo a fruição turística, caso dos estudantes e trabalhadores terceirizados da Universidade de Brasília. Justifica-se, ainda, por ser um espaço de formação humana e técnica dos discentes extensionistas, por aproximá-los da comunidade, estimular seu protagonismo e propiciar a aplicabilidade dos conhecimentos teóricos. E, finalmente, justifica-se por aproximar a Universidade de Brasília de

instituições parceiras, que atuam com *expertise* como agentes de Turismo Social, a exemplo do Serviço Social do Comércio – Sesc; bem como de outras instituições de ensino superior, com as quais já realiza atividades de pesquisa em conjunto, como a Universidade de São Paulo.

O projeto

O público do projeto envolve dois grupos de sujeitos: o primeiro, reunindo os terceirizados na UnB, que recebam de um a dois salários-mínimos, em sua maioria, moradores nas cidades satélites ou no entorno do Distrito Federal; estima-se que a Universidade possua em torno de 2.000 trabalhadores terceirizados¹. O segundo grupo no âmbito do projeto, são os estudantes de baixa renda e que recebam algum auxílio financeiro para garantir sua permanência durante a sua formação. Cerca de sete mil estudantes fazem parte desse grupo, segundo dados disponibilizados pela assistência estudantil da Universidade².

Ambos os grupos são de extrema importância para o funcionamento da vida acadêmica.

O Turismo Social visa a proporcionar a todos os sujeitos acesso ao lazer, à cultura e ao turismo, incluindo as pessoas de baixa renda, idosos, pessoas com deficiência ou em situação de vulnerabilidade, buscando minimizar diferentes tipos de dificuldades no acesso a experiências turísticas. De acordo com Almeida (2001), Turismo Social busca tornar as férias e suas vantagens, acessíveis não apenas às camadas sociais que auferem rendimentos modestos, mas também àquelas com características particulares que se constituam em obstáculos a essa acessibilidade. Além disso, a definição estabelece que tal acessibilidade diz respeito tanto às populações que viajam como àquelas dos países visitados, de maneira que o Turismo Social introduz uma dimensão de solidariedade entre visitantes e visitados.

Os projetos de extensão, por sua vez, têm por objetivo aproximar a comunidade acadêmica da comunidade externa, buscando formas de diálogos que construam pontes de conhecimentos e práticas entre ambos os lados ³.

¹ Costa, 2016.

² Wolf, 2023.

³ UnB, 2023

Nesse sentido, entende-se que este projeto contribui para a construção de experiências turísticas que enriqueçam a vida daqueles grupos envolvidos direta e indiretamente com a Universidade. Além da contribuição para a qualidade de vida dos participantes, pode-se observar, também, os benefícios para as comunidades locais e para promoção do turismo sustentável, colaborando para a valorização da cultura local e estimulando práticas mais responsáveis.

Compõem a equipe do projeto uma professora e cinco estudantes extensionistas, que se interessaram pela proposta porque viram nela uma oportunidade de se aprofundar no tema e obter uma experiência prática, técnica e humana em Turismo Social, cujos estudos são apenas tangenciados nas disciplinas do currículo de graduação. O projeto é dividido em duas partes, abarcando o primeiro e o segundo semestre de 2023. Na primeira parte, foram realizados estudos sobre a teoria e as práticas do Turismo Social, e o planejamento das visitas; na segunda parte, houve a operacionalização das visitas e manutenção de diálogo com o grupo de participantes.



Figura 1:

Visita à Catedral.

Fonte: Acervo do projeto.

Conclusões

O objetivo principal da primeira fase foi preparar os membros da equipe com informações relevantes para a construção de um projeto coerente, com embasamento teórico aprofundado. Alguns dos artigos estudados foram: Turismo Social: reflexões e práticas no Brasil, de Marcelo Vilela de Almeida; Turismo Social na Argentina: Políticas, Práticas Privadas, de Erica Schenkel; e What is Social Tourism?, de Lynn Minnaert, Robert Maitland e Graham Miller. Esses artigos forneceram uma base sólida de conhecimento sobre o Turismo Social, tanto no contexto brasileiro, quanto estrangeiro.

Além disso, estive na primeira parte, visita técnica à Pousada do Sesc Pirenópolis, em 5 de junho de 2023, quando foi possível conhecer o espaço e entender o funcionamento e as práticas da unidade. Na oportunidade, foram entrevistados Juliano Barcelos, gerente da Coordenação de Turismo Social do Sesc/GO, Maiza Kamimura, gerente da Pousada do Sesc Pirenópolis, bem como trabalhadores da Pousada, dos setores de limpeza, recepção e manutenção.

Já na segunda parte do projeto, que teve início no segundo semestre do calendário acadêmico da UnB, de 2023, deu-se início a execução das visitas a locais de interesse turístico, no Distrito Federal. A primeira visita, coincidindo com a abertura da Semana Universitária da UnB, teve visita ao Museu Vivo da Memória Candanga, tendo como público os estudantes beneficiados pelas políticas de ações afirmativas da universidade. Outras visitas, aos sábados, estiveram agendadas para os meses de outubro, novembro e dezembro de 2023. Como principal parceiro do projeto esteve a Coordenação de Turismo Social do Sesc/DF, gerenciada por Estevão Lara, que disponibilizou ônibus executivo para quatro passeios, distribuídos entre os meses de setembro a dezembro de 2023.

Referências

Almeida, M. V. de. (2001). *Turismo Social: por uma compreensão mais adequada deste fenômeno e sua implicação prática na realidade atual brasileira*. Dissertação, Mestrado em Comunicação, Universidade de São Paulo, Brasil.

Almeida, M. V. de. (2016). Turismo social: reflexões e práticas no Brasil. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 26, 141-154.

Costa, S. N. (2016). *Reestruturação Produtiva da Economia e Terceirização (ou semiescravidão?): os sentidos do trabalho e as disputas por representação sindical dos trabalhadores terceirizados da Universidade de Brasília na Era do Capitalismo Manipulatório*. Dissertação, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Minnaert, L., Maitland, R., & Miller, G. (2011). What is social tourism? *Current Issues in Tourism*, 14(5), 403-415. DOI 10.1080/13683500.2011.568051

Schenkel, E. N. (2020). Turismo Social na Argentina: políticas públicas, práticas privadas. *Revista Latino-Americana de Turismologia*, 6(0), 1-16.

Universidade de Brasília - UnB. (2023). *Extensão*. Universidade de Brasília. Recuperado de: <https://unb.br/vida-academica/extensao-universitaria>

Wolf, Y., & Badu, L. (2019). Pesquisa realizada pela Andifes indica que mais da metade dos alunos das universidades federais é de baixa renda. *Campus Online*. Recuperado de: <https://campus.fac.unb.br/materias/2019-05-20-pesquisa-realizada-pela-andifes-indica-quE-mais-da-metade-dos-alunos-das-universidades-federais-e-de-baixa-renda>

Emily Gabriela Silva Santos – Bacharelanda em Turismo, Universidade de Brasília. *E-mail*: gabriela.emily02@gmail.com

Karolina Martins de Sousa Machado – Bacharelanda em Turismo, Universidade de Brasília. *E-mail*: karolinasou-sa23@gmail.com

Angela Teberga de Paula – Doutora. Professora no Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3543811641636104> | *E-mail*: angela.paula@unb.br

**“O QUE TEM LÁ PRA
CONHECER?”**

**“NÃO TEM NADA,
APENAS ÓDIO,
VINGANÇA E INVEJA”:**

**EXPERIÊNCIAS DE TURISMO SOCIAL
EM BRASÍLIA PROMOVIDAS POR UM
PROJETO UNIVERSITÁRIO**

*Por Angela Teberga de Paula, Marcelo Vilela de Almeida,
Emily Gabriela Silva Santos e Evandro Ribeiro da Silva*



Introdução

*Chegou fim de semana todos querem diversão /
Só alegria nós estamos no verão, mês de janeiro /
São Paulo, zona sul / Todo mundo à vontade, calor céu azul
/ Eu quero aproveitar o Sol / Encontrar os camaradas prum
basquetebol / Não pega nada / Estou a uma hora da minha
quebrada / Logo mais quero ver todos em paz.*

Racionais MC's

Este é um trecho da música ‘Fim de Semana no Parque’, escrita e lançada em 1993 pelo grupo de rap paulista Racionais MC's, no álbum ‘Raio X do Brasil’. Como o nome do disco sugere, as músicas fazem um retrato contundente das discrepâncias sociorraciais do país. A partir da música em destaque, vê-se uma fotografia da desigualdade de acesso aos espaços de lazer da cidade de São Paulo. Escrita por Mano Brown e Edi Rock, chama a atenção para a disparidade: enquanto, de um lado, os “*playboys* do Guarujá” exibem seus carros, fazem festas e divertem-se com brinquedos eletrônicos; do outro, o “povo nas favelas” está jogando bola descalço, nas ruas de terra... “*É, brincam do jeito que dá*”.

Mais adiante, há quatro versos subsequentes que resumem a situação das políticas públicas de lazer no país: “*Aqui não vejo nenhum clube poliesportivo; pra molecada frequentar, nenhum incentivo; o investimento no lazer é muito escasso; o centro comunitário é um fracasso*”. Infelizmente, da época em que foi escrita para hoje, pouco ou quase nada mudou. No Brasil, essa não é uma realidade apenas de São Paulo, mas de todo o país, com discrepâncias regionais importantes entre sul e norte. Embora seja um direito humano e um direito social previsto na Constituição Federal, a verdade é que o acesso ao lazer permanece sendo um privilégio de poucos.

Poder-se-ia expandir a análise sobre o acesso ao lazer para os esportes, a cultura e, finalmente, o turismo, tema que interessa neste estudo. Segundo dados do IBGE (2022), a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios Contínua (PNAD-C), moradores com rendimento domiciliar per capita de menos de meio salário-mínimo representaram apenas 7% do total das viagens realizadas no ano de 2021, enquanto moradores com rendimento de quatro ou mais salários ocuparam quase 30% do total dessas viagens. O objetivo principal das viagens das pessoas com menores rendimentos era tratamento de saúde e visitas a parentes e amigos; enquanto o daqueles com maiores rendimentos era o lazer.

Em termos macrorregionais, as discrepâncias também são evidentes: os moradores do sudeste realizaram 57% do total das viagens de lazer de 2021, seguido do nordeste (18%), sul (17%), centro-oeste (6%) e norte (2%). A fim de ampliar o acesso às práticas turísticas por maiores parcelas da população surge, no século XX, o chamado Turismo Social, que pode ser compreendido como o conjunto de práticas, políticas e ações que têm por objetivo a democratização do acesso ao turismo – tema do projeto ora apresentado.

Projeto de Extensão: Turismo Social no DF

Um projeto de extensão universitário não iria nem irá corrigir tais desigualdades, mas são essas desigualdades permanentes que justificam a existência da perspectiva inclusiva do turismo, que é conhecido internacionalmente por sua elitização. Por isso, faz sentido a promoção de Turismo Social em países nos quais a carência de educação, saúde, moradia é combinada, também, com a carência de lazer. Projetos de extensão têm o objetivo de aproximar a comunidade acadêmica da comunidade externa, buscando formas de diálogos que construam pontes de conhecimentos e práticas entre ambos¹.

Nesse sentido, à época da criação do projeto, no princípio do ano de 2023, entendeu-se que o diálogo com os grupos envolvidos direta e indiretamente com a universidade poderia ser realizado através da promoção de experiências turísticas na cidade. Dessa forma, o projeto, criado no Centro de Excelência em Turismo, vinculado à Universidade de Brasília, apresentou como objetivo geral promover passeios a alguns dos principais atrativos turísticos de Brasília a grupos de participantes selecionados.

¹ UnB, 2024.

O projeto tinha como público-alvo os trabalhadores terceirizados da Universidade, que são responsáveis pelas tarefas de limpeza, restaurante universitário, segurança e jardinagem do *campus*. Infelizmente, contatar os trabalhadores terceirizados foi mais difícil do que se pensava. Com jornadas extenuantes, salários baixos e receio de ser desligado², qual trabalhador possui disponibilidade e interesse em participar de um passeio turístico promovido pela própria instituição, onde passa mais de 1/3 do tempo de sua semana? Parece tão óbvia a resposta agora; mas, durante as tratativas, foi difícil compreender.

Identificaram-se, então, outros grupos envolvidos direta ou indiretamente com a Universidade: estudantes universitários em situação de vulnerabilidade social, estudantes universitários indígenas, estudantes adolescentes cumprindo medidas socioeducativas e estudantes com idade igual ou superior a 45 anos, participantes do projeto da Universidade do Envelhecer. Os quatro grupos participaram de visitas a quatro diferentes atrativos turísticos do Distrito Federal, descritos a seguir. O principal parceiro deste projeto foi a Coordenação de Turismo Social do Sesc/DF, que disponibilizou ônibus executivo para os passeios e lanche para os participantes. O projeto foi dividido em duas partes: na primeira, foram realizados estudos sobre a teoria do Turismo Social e o planejamento das visitas; e, na segunda parte, a operacionalização das visitas e o diálogo com os participantes.

Museu Vivo da Memória Candanga – O local, por muitos anos, foi ocupado como o Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, durante o período de construção de Brasília e até 1974. Em 1990, após tombamento e restauração pelo Governo do Distrito Federal, o espaço de 23 cômodos de madeira se tornou, então, Museu Vivo da Memória Candanga. Por ser um espaço tão importante para a história do DF, foi escolhido como o primeiro atrativo turístico a ser visitado pelo projeto.

A visita contou com a participação de estudantes em situação de vulnerabilidade social atendidos pela Diretoria de Desenvolvimento Social da UnB. Durante a visita, houve um contato mais significativo com os trabalhos dos candangos durante a construção da Capital, através de histórias contadas pelos guias, artefatos utilizados nas obras, móveis da época e

² Costa, 2017.

retratos dessas pessoas que são tão importantes para a história do DF. A visita foi bastante significativa para os participantes, por justamente mostrar esse outro lado da história da capital federal, o que foi bastante enriquecedor e construtivo para os visitantes, que puderam aprender mais sobre a sua capital, como pode ser observado por alguns dos relatos dos participantes.

A maior parte das respostas diz respeito, precisamente, ao diferencial do Museu em abordar acerca dos trabalhadores da construção da capital e em como essa visita acabou sendo uma experiência necessária para o conhecimento sobre o DF e a consciência da identidade dos visitantes como brasilienses. Um dos depoimentos que recebemos e que evidencia essa informação é o seguinte: *“Diferente, pois eu não sabia muito da história dos trabalhadores que construíram Brasília. Fiquei impressionada com a história, com os pontos que foram abordados e amei o acolhimento do pessoal que trabalha no Museu, e das atividades. Amei tudo”*.



Figuras 1 e 2:

Visita ao Memorial Candanga.

Fonte: Acervo do projeto.

Parque Nacional de Brasília – Localizado a cerca de 10 km do centro da Capital, o Parque Nacional de Brasília, popularmente conhecido como Água Mineral, foi inaugurado em 29 de novembro de 1961, com o objetivo básico de preservar os ecossistemas naturais, que abrangem grande parte do DF. As piscinas naturais e as trilhas que podem ser feitas estão entre suas principais atrações. A fauna também é bastante presente e inclui milhares de espécies, algumas raras de serem encontradas ou ameaçadas de extinção. A visita foi realizada no Parque com alunos do grupo indígena da Universidade de Brasília, uma parceria realizada entre o projeto e a Coordenação da Questão Indígena.

A atividade contou com o guiamento de um especialista em trilhas do Parque Nacional. Grande parte dos participantes não conhecia aquele espaço, e foi possível perceber o quão encantados os participantes ficaram com o passeio, que incluiu uma caminhada em uma das trilhas oferecidas no parque e banho nas piscinas naturais ao final. Obteve-se poucas respostas do formulário de participação do projeto; entre as respostas, o que mais se destacou foi a satisfação em ter participado e o quão divertido foi a visita, o que, para o projeto, é fundamental, visto que o objetivo é proporcionar esse momento de lazer e conscientização para os participantes.



Figura 3:

Parque Nacional de Brasília.

Fonte: Acervo do projeto.

Memorial JK – O espaço é uma homenagem ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, responsável pela construção da capital brasileira. Inaugurado em 1981, o memorial abriga o corpo do ex-presidente em um mausoléu, de imponência arquitetônica. Além disso, o espaço conta com exposições que destacam momentos marcantes da vida do ex-presidente e a trajetória de Brasília.

O grupo selecionado para este passeio foi composto por adolescentes da Gerência de Atendimento em Meio Aberto (GEAMA). As medidas socioeducativas implementadas na GEAMA são instrumentos legais estabelecidos com base nos princípios dos direitos humanos, que são a fundação filosófica da Doutrina da Proteção Integral. Essas medidas são impostas a adolescentes quando cometem atos infracionais. Seus objetivos incluem responsabilizar o adolescente pelas consequências prejudiciais de suas ações, promover a integração social do adolescente, assegurar seus direitos e desaprovar a conduta infracional em ambientes abertos ou em privação de liberdade³.

³ Damasceno & Lordello, 2020.



Figura 4:

Visita ao Memorial América Latina.

Fonte: Acervo do projeto.

A visita foi conduzida pela equipe do memorial. A etapa de exploração dos pertences pessoais de Juscelino Kubitschek destacou-se como o momento mais interessante para os meninos. Ao examinar de perto os objetos que fizeram parte do cotidiano de JK, os jovens não apenas testemunharam a história, mas também estabeleceram conexão com a trajetória de Kubitschek, tornando a visita mais memorável e educativa. Foi interessante ver a percepção que os jovens tinham do turismo: um deles, quando questionado acerca da possibilidade de haver turismo em Brasília, responde: *“Sim, é o que estamos fazendo”*, também fala que na cidade onde cresceu, a RA da Estrutural, região carente que enfrenta vários problemas sociais, *“não tem nada, apenas ódio, vingança e a inveja”*, disse o jovem sobre a cidade. Conhecer Brasília para além dessa realidade e se sentir pertencente a ela é trazer a mudança de perspectiva da própria região.

Vinhedo Lacustre – O Vinhedo Lacustre, a primeira vinícola urbana de Brasília, ocupa um hectare de terreno com parreiras estrategicamente espalhadas, oferecendo uma vista linda para o Lago Paranoá. Sua singularidade reside no fato de estar situado dentro da cidade, distinguindo-se dos tradicionais vinhedos localizados em áreas mais afastadas, como fazendas. O Lacustre adota a prática da microvinificação, caracterizada por uma produção de vinhos em escala reduzida, seguindo rigorosamente o passo-a-passo da vinificação convencional, mas em proporções muito menores.

O público para esse passeio foi o grupo do programa UniSER, que busca promover ações educativas e integrativas para ampliar capacidades e habilidades na vida adulta e idosa da comunidade. O objetivo foi o de estimular comportamentos que incentivem a cidadania, empoderamento e desenvolvimento humano e social, contribuindo para a transformação das pessoas envolvidas.

A visita foi conduzida pelo proprietário do espaço, Marcos Ritter, e pela estagiária Elisa Sobrinho. Elisa apresentou a história do vinhedo, seguida por uma caminhada entre as parreiras, onde Marcos destacou detalhes sobre as uvas e sua utilização em diferentes tipos de vinho e espumante.

Ele também esclareceu dúvidas do grupo. A degustação de um dos vinhos comercializados pela vinícola proporcionou um ambiente descontraído para o grupo conversar enquanto apreciava o vinho e os petiscos que haviam levado. A visita se encerrou com o sorteio de uma garrafa de vinho. As participantes do projeto UniSER expressaram ter apreciado a experiência, considerando-a interessante. Algumas destacaram que desconheciam a existência de uma vinícola em Brasília.



Figura 5:
Equipe do projeto.

Fonte: Acervo do projeto.

Considerações

Entre os depoimentos coletados durante as visitas, alguns aspectos podem ser destacados, como a importância de iniciativas destinadas à promoção do Turismo Social e à democratização do acesso ao lazer e à cultura. Outros elementos que merecem o devido aprofundamento nas análises futuras dizem respeito à mudança de olhar sobre a cidade a partir de tais iniciativas e o papel da universidade (notadamente da universidade pública) no fortalecimento da extensão como estratégia para o desenvolvimento da cidadania.

Referências

Costa, S. N. (2017). Reestruturação produtiva da economia e terceirização (ou semiescravidão?): os sentidos do trabalho e as disputas por representação sindical dos trabalhadores terceirizados da Universidade de Brasília na Era do Capitalismo Manipulatório. *Sociedade e Estado*, 32(1). 267-267.

Damasceno, L., & Lordello, S. (2020). Famílias e atendimento familiar no contexto das medidas socioeducativas em meio aberto: revisão integrativa da literatura. *PePSIC: Periódicos de Psicologia*, 13(1), s.p. DOI: <https://doi.org/10.4013/ctc.2020.131.15>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2022). *Turismo 2020-2021* – PNAD-Contínua. Recuperado de: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101954_informativo.pdf

Universidade De Brasília. (2024). *Extensão*. Universidade de Brasília. Recuperado de: <https://unb.br/vida-academica/extensao-universitaria>

Angela Teberga de Paula – Doutora. Docente no Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3543811641636104> | E-mail: angela.paula@unb.br

Emily Gabriela Silva Santos – Bacharelada em Turismo, Universidade de Brasília. E-mail: gabriela.emily02@gmail.com

Marcelo Vilela de Almeida – Doutor. Docente na Universidade de São Paulo, coordenador do PPG Mudança Social e Participação Política. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1260511786174023> | E-mail: marcelovilela@usp.br

Evandro Ribeiro da Silva – Bacharelado em Turismo, Universidade de Brasília. E-mail: evandro.siilva05@gmail.com

ITINERÁRIOS DE RESISTÊNCIA: TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Por Fernanda Alves Vargas e Julia Parpulov Augusto dos Santos



Introdução

O Sesc São Paulo – Serviço Social do Comércio – é uma entidade privada que tem como objetivo “proporcionar o bem-estar e a qualidade de vida aos trabalhadores deste setor e suas famílias”¹. No estado, o Sesc conta com uma rede de mais de 42 unidades operacionais, em 27 cidades, dedicadas à cultura, esporte, saúde e alimentação, sustentabilidade, desenvolvimento infantil, trabalho social com as pessoas idosas, turismo social e demais áreas de atuação, com atividades que propõem o desenvolvimento de pessoas e comunidades, sendo a Educação um eixo transversal a todas as áreas.

O Turismo Social do Sesc São Paulo existe desde 1948 e, como parte de um exercício ético atualizado, orienta-se pelos princípios do exercício democrático do turismo, da operacionalização ética e sustentável; da educação pelo turismo, com a contextualização das práticas e processos nos territórios locais; da educação para o turismo, com processos pautados na diversidade, cidadania e sustentabilidade.

Democratizar o acesso a um lugar não é criar preços convidativos para que todos possam viajar e, por vezes, viajar mais de uma vez. Não se trata só de um valor qualitativo; olhar pelo viés de alguém que *consome* uma viagem seria uma ideia enviesada e limitada. Democratizar o turismo é diversificá-lo, qualificando-o como experiência. Democratizar um lugar é criar cumplicidade para com ele, entendendo-o como espaço público, habitado e fruído por uma ampla e espessa rede de atores sociais e fatores ambientais em permanente tensão e busca de equilíbrio. Assim, o exercício democrático do turismo envolve escolhas responsáveis da instituição e um permanente exercício de formação do público para a corresponsabilidade da experiência – por isso, o conceito de turismo do Sesc/SP é político e educativo².

Tempos de Covid

Durante a pandemia de Covid-19, foram evidenciadas as desigualdades sociais e econômicas em todo mundo e, diante dos primeiros diagnósticos no Brasil, com base nas recomendações científicas, as instâncias governamentais

¹ Sesc-SP, s.d.

² Miranda, s.d.

suspenderam grande parte das atividades econômicas, a fim de conter o contágio pelo vírus. O Sesc São Paulo, seguindo as orientações, esvaziou suas unidades de atendimento e ações de contato presencial com o público. Foi o momento em que a atuação da instituição “ocorreu sob o signo da reinvenção”³, criando e/ou fortalecendo ações de apoio emergencial à sociedade e adaptando parte de suas ações para o ambiente digital.

No Turismo Social ocorreu o mesmo e, dentre as ações, o projeto Itinerários de Resistência foi idealizado como forma de aproximar e apoiar 20 territórios, difundindo as histórias, práticas e formas de viver desses grupos, assim como seus modos de realizar o turismo comunitário. Nesse contexto, ao longo de 2021 foram realizadas rodas de conversa virtuais com os 20 territórios, encontros em que participaram aproximadamente 60 mulheres e homens que atuam realizando, dentre outras ações, o turismo comunitário. Também foram entrevistados pesquisadores e trabalhadores da área, entre eles a bióloga e geógrafa Suely Ângelo Furlan; a economista Diomira Faria; a pesquisadora Elisa Spampinato; a turismóloga Claudia Fernanda dos Santos; e a historiadora e idealizadora da Rota da Liberdade no Vale do Paraíba, Solange Barbosa. Os dados que foram compilados em 21 livretos virtuais.

No **Interior**, os participantes foram:

- Assentamento Bela Vista do Chibarro, um casarão antigo do século XIX, uma agrovila e a premiada Escola do Campo, mantidos pelos moradores que cuidam dos saberes rurais e do patrimônio cultural do território.
- Quilombo do Cafundó, traz a herança de seus antepassados do continente africano, pessoas que foram escravizadas em diáspora, mas mantiveram sua língua e saberes, como por exemplo, a língua cupópia, derivada do quimbundo, dentre outros tantos legados.
- Comuna da Terra Dom Tomás Balduino, assentamento rural na região metropolitana de São Paulo, com trabalhadores que já foram agricultores ou que se tornaram após as dificuldades de trabalho e renda em grandes cidades, transformando a terra em um lugar de produção, acolhimento e alimento.

³ Miranda, 2020, s.p.

- Assentamento Monte Alegre, faz parte da história da reforma agrária valorizando saberes da terra, com variada produção agrícola e culinária caipira própria.
- Fazenda Roseira, sede da Comunidade Jongo Dito Ribeiro que atua no casarão do final do século XIX, a partir da arte, educação, cultura e memória, com referência na cultura negra, em Campinas.

No **Vale do Ribeira e o Litoral Sul**, participaram:

- Quilombo do Ivaporunduva, referência de organização coletiva, de conservação ambiental a partir de técnicas e saberes tradicionais e um turismo voltado para o bem-estar comunitário.
- Quilombo do Sapatu, comunidade profundamente ligada ao Rio Ribeira do Iguape, rio ao qual as comunidades quilombolas lutam para que se mantenha livre e conservado.
- Quilombo do Mandira, comunidade que realiza a extração sustentável de ostras, que resultou na eliminação de práticas predatórias, na conservação do mangue e no aumento de renda para pescadores tradicionais.
- Enseada da Baleia, com uma história de reinvenção e de luta, quando teve seu território original tragado pouco a pouco pelas águas e transferiu-se para outro ponto da Ilha do Cardoso, mantendo sua autonomia e modos de vida.

Na **Baixada Santista** participaram:

- Cota, que foi um projeto habitacional e hoje realiza arte urbana, educação ambiental, comunicação e turismo comunitário na Serra do Mar, em Cubatão.
- Paquetá na região central de Santos, onde a Associação de Cortiços do Centro chama visitantes a conhecerem suas lutas e construções.
- Ilha Diana, vilarejo caiçara entre a Mata Atlântica e o Porto de Santos, que preserva suas histórias e costumes caiçaras.

No **Vale do Paraíba e Litoral Norte Paulista** participaram:

- Quilombo da Fazenda, sua cultura e história de luta para retomada de práticas ancestrais de plantio e gestão ambiental, a partir dos saberes dessa comunidade.
- Comunidade Caiçara de Castelhanos, que realiza turismo comunitário como uma ferramenta das pessoas permanecerem no lugar onde seus ancestrais vivem desde o século XIX.
- Paraibuna, onde dois institutos articulam a memória caipira e o turismo regional junto à comunidade local, na Serra da Mantiqueira.

Na **Capital Paulista** participaram:

- Kalipety, uma das aldeias do Território Indígena *Tenondé Porã*, do povo guarani *mbya*, no extremo sul de São Paulo.
- Acolhendo em Parelheiros, uma rede de agricultores do extremo sul da cidade de São Paulo, que realiza agricultura familiar e turismo comunitário.
- Ilha do Bororé, uma península rodeada pelas águas da represa Billings, que também faz arte, cultura e agricultura, no distrito do Grajaú, em São Paulo.
- Comunidade Cultural Quilombaque que tece redes de memória, cultura e resistência na região noroeste de São Paulo.
- Comuna Irmã Alberta que, a partir da mobilização pela moradia e pela agroecologia, transformou um território inteiro.

Esse primeiro momento teve produção executiva da Guará Produções Artísticas e Socioambientais, *design* gráfico e ilustrações do Bicho Coletivo e entrevistas e textos por Mônica Nóbrega. As publicações tornaram-se disponíveis no *site* do Sesc Digital e lançadas virtualmente.

Retomando a vida presencial

Em 2022, foi gradualmente realizada a retomada das ações presenciais do Turismo Social nas unidades e fora delas, em consonância com as orientações dos órgãos governamentais. Com a retomada integral das atividades, foi avaliada a limitação de difusão do livreto virtual para muitas das comunidades, uma vez que ter o acesso a um *link* não basta para poder acessá-lo. Isso envolve familiaridade com esse tipo de ferramenta, assim como a própria necessidade de ter meios de acesso. Desse modo, foi proposta uma segunda etapa de difusão do conhecimento, histórias e territórios, a partir de uma visita virtual, em uma *webserie*.

Ao longo de 2022 e 2023, foram produzidos 20 episódios, com até 15 minutos, em formato de vídeo-passeio, a partir de um roteiro no qual a comunidade definiu os lugares e participantes envolvidos, incluindo a anfitriã do vídeo-passeio. As gravações foram realizadas em cada território de forma remunerada. A realização foi feita pela produtora Anthropos, com direção de Cadu de Castro, imagens de Carlos Junior, músicas de Eduardo Alves e identidade visual da Bicho Coletivo.

Com os vídeos finalizados, foram realizadas exibições virtuais e presenciais para que cada comunidade possa assisti-los em primeira mão, seguindo-se bate-papo com participação dos envolvidos, permitindo trocas sobre este processo e como uma forma ética de devolutiva para cada comunidade. As unidades do Sesc participantes são: Interlagos, Araraquara, Campinas, Registro, Sorocaba, Osasco, Pinheiros, Santos, São José dos Campos, articuladas pela Gerência de Educação para Sustentabilidade e Cidadania (GESC), responsável, também, pelo Turismo Social neste DR.

O lançamento para o público aconteceu durante o Festival de Turismo, projeto bienal que enfoca um modo de realizar o turismo que tenha como parâmetros uma atuação ética, sustentável, solidária e cidadã. Em novembro de 2024, no Festival Sesc de Turismo Comunitário, houve nova apresentação, parte de uma programação diversa envolvendo atividades dentro e fora das unidades, como oficinas, rodas de conversa, passeios, excursões, dentre outros, com participação de todas as Unidades do regional.

Referências Videográficas

Sesc SP. Sesc Digital, 2022. Livreto de abertura, coleção de livretos e acervos do projeto Itinerários de Resistência. Recuperado de: <https://sesc.digital/conteudo/turismo-social/itinerarios-de-resistencia-interiorpaulista/itinerarios-de-resistencia-livro-de-abertura>.

Sesc SP. Sesc Digital, 2022. Itinerários de Resistência da Baixada Santista. Recuperado de: <https://sesc.digital/colecao/itinerarios-de-resistencia-baixada-santista>.

Sesc SP. Sesc Digital, 2022. Itinerários de Resistência do Litoral Norte e Vale do Paraíba. Recuperado de: <https://sesc.digital/colecao/itinerarios-de-resistencia-litoral-norte-paulista-e-vale-do-paraiba>.

Sesc SP. Sesc Digital, 2022. Itinerários de Resistência da Capital Paulista. Recuperado de: <https://sesc.digital/colecao/itinerarios-de-resistencia-capital-paulista>.

Sesc SP. Sesc Digital, 2022. Itinerários de Resistência do Vale do Ribeira e Litoral

Sul. Recuperado de: <https://sesc.digital/colecao/itinerarios-de-resistencia-vale-do-ribeira-e-litoral-sulde-sao-paulo>.

Sesc SP. Sesc Digital, 2022. Itinerários de Resistência do Interior Paulista.

Recuperado de: <https://sesc.digital/colecao/itinerarios-de-resistencia-interior-paulista>.

Outras referências

Sesc SP. Portal do Sesc SP. “*Quem somos*”. Recuperado de: <https://portal.sescsp.org.br/pt/sobre-o-sesc/quem-somos/apresentacao/>

Sesc SP. Portal do Sesc SP. Página das Realizações Anuais. Recuperado de: <https://portal.sescsp.org.br/pt/sobre-o-sesc/transparencia/realizacoes/>. Acesso em 20/08/24.

Sesc SP. Youtube do Turismo Social do Sesc SP. Recuperado de: <https://www.youtube.com/@turismosocial-sescsp>.

Miranda, D. S. de. (2020). O turismo, a educação, o ser humano. *Portal do Sesc SP*. Recuperado de: <https://portal.sescsp.org.br/turismo/sobre-o-sesc-turismo/>

Fernanda Alves Vargas – Mestra em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do ABC; técnica na área de Turismo Social do Sesc São Paulo. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6976925443937958> | E-mail: fernanda.vargas@sescsp.org.br

Julia Parpulov Augusto dos Santos – Especialista. Fotógrafa; editora web na Gerência de Educação para Sustentabilidade e Cidadania do Sesc São Paulo. E-mail: julia.parpulov@sescsp.org.br

PROJETO ACELERAÇÃO DE ROTAS TURÍSTICAS SOCIAIS

Por Geyza Antônia de Souza Ribeiro e Jonivaldo Lopes Santos



Introdução

O projeto 'Aceleração de Rotas Turísticas Sociais' (A.R.T.S), metodologia criada pelo Sesc Maranhão com apoio do Departamento Nacional do Sesc através da Incubadora de Projetos de Turismo Social, coloca-se como ferramenta a ser utilizada para incubação e aceleração de roteiros turísticos sociais, reunindo potenciais gestores sociais da própria comunidade, o *trade* turístico e o poder público. Essa ação se configura como instrumento estratégico para a ampliação da função social da atividade para além da realização de ações finalísticas, tais como passeios e excursões, contribuindo para a formatação de novos roteiros turísticos e, consequentemente, para a consolidação do Sesc no cenário turístico do Estado.

O Projeto A.R.T.S tem como principal objetivo estimular o protagonismo de comunidades no processo de desenvolvimento do turismo local, através da aplicação de uma oficina visando a instrumentalizar os participantes com conhecimento técnico básico para a criação de roteiro de Turismo de Base Comunitária a curto prazo, com o envolvimento da comunidade local desde o processo de criação até a realização do passeio piloto, comercializado de forma inédita pela Atividade Turismo Social do Sesc/MA junto aos clientes institucionais.

A metodologia busca viabilizar ações de impacto a fim de estimular a formação de gestores sociais com apoio das instâncias governamentais de Turismo da localidade, ficando para o Sesc a função de mediador, objetivando a incubação e a criação de roteiros turísticos sustentáveis, criando um modelo padrão que possa ser aplicado a qualquer localidade com mínimo potencial turístico.

O projeto

O projeto 'Aceleração de Rotas Turísticas Sociais' (A.R.T.S) divide-se em quatro etapas principais:

Etapa 1: Identificação do público-alvo e convite para a oficina – inicia-se com o processo de identificação de lideranças-chave da comunidade, *trade* turístico e poder público.

Etapa 2: Oficina de Criação – os participantes são divididos em equipes. Será utilizada a metodologia de gamificação quando são estabelecidas fases com tarefas específicas que precisam ser cumpridas. Na última fase, cada equipe tem como tarefa a criação de um roteiro de Turismo de Base Comunitária.

Etapa 3: Visita técnica de especialistas, para avaliação de viabilidade dos roteiros criados na oficina.

Etapa 4: Venda e realização do passeio pelo Sesc Maranhão, de forma inédita.

Após reuniões de alinhamento metodológico junto ao Departamento Nacional, iniciou-se o processo de criação da identidade visual do projeto com apoio da Assessoria de Comunicação do Regional Sesc Maranhão, no período de fevereiro a agosto de 2022, sendo criada a logomarca e ferramentas metodológicas do projeto, tais como a matriz de viabilidade, que seria utilizada na oficina para avaliação preliminar de atrativos elencados pelos participantes como sendo portadores de potencial turístico, conforme exemplifica-se a seguir:

Indicador Básico	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	
Quanto pontos precisam ser melhorados antes de viabilizar a sugestão ao turista?	2 Pontos	4 pontos	Mais de 5 pontos	
Quanto tempo total é necessário para as melhorias?	Dias	Meses	Anos	
Qual o investimento necessário?	Baixo	Médio	Alto	
Qual o nível de engajamento necessário?	Baixo	Médio	Alto	
Nome da equipe				
Sugestão	Quanto pontos precisam ser melhorados antes de viabilizar a sugestão ao turista?	Quanto tempo total é necessário para as melhorias?	Qual o investimento necessário?	Qual o nível de engajamento necessário?

Figura 1:
Tabela/matriz de viabilidade.
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 2:
Projeto 'Aceleração
de Rotas Turísticas Sociais'.

Fonte: Dados do projeto.

A primeira edição do projeto foi realizada em 2022, no município de Raposa, Maranhão, por se tratar de uma comunidade dotada de potencial para o desenvolvimento de atividade turística, tais como turismo náutico, ecológico e de experiência. O município apresenta como principais características a sua forte atividade pesqueira e artesã em renda de bilros, sendo essas as principais atividades econômicas do local. Também é reconhecida por suas belezas naturais, tendo a alcunha de 'fronhas maranhenses', devido à sua similaridade com os Lençóis Maranhenses, mas em menor proporção.



Figura 2:
Raposa, Maranhão.

Fonte: Acervo do projeto.

As oficinas

Em setembro de 2022, foi realizada a oficina de criação com os participantes da comunidade local, tais como: representantes da Associação de Rendeiras, do Sindicato de Guias de Turismo, proprietários de embarcações náuticas, secretarias municipais de Turismo da Raposa e de São Luís, empresários do *trade* turístico local, entre outros, contabilizando um total de 25 participantes.



Figura 3:

Participantes da oficina do A.R.T.S.

Fonte: Dados do projeto.

Nessa oficina, foram apresentadas quatro propostas de potenciais roteiros turísticos, avaliadas tecnicamente no dia 18 de outubro de 2022, através da visita *in loco* por especialistas, a fim de realizar a análise de viabilidade das propostas elencadas. Após esse processo, foi montado um roteiro turístico inovador incluindo elementos das quatro propostas apresentadas, ou seja: trilha rumo à praia de Itaputua com duração média de uma hora, com a experiência da coleta de sarnambi feita pelos turistas; passeio náutico com almoço a base de frutos do mar da localidade, dentro da embarcação; parada para banho de mar na Praia de Carimã; além da experiência cultural no Sítio Doce Cajueiro, com roda de conversa entre turistas e rendeiras, oficina de renda de bilro e degustação de doces artesanais de caju, feito por moradora local.

O passeio foi realizado no dia 20 de novembro de 2022, sendo o roteiro bem aceito pelos clientes institucionais, de modo que as vagas foram finalizadas em dois dias após o início das vendas.

Resultados

A realização do projeto ‘Aceleração de Rotas Turísticas Sociais’ (A.R.T.S) gerou alguns impactos na região, a saber:

- **Impacto Ambiental:** no momento da trilha, foi realizada ação de sensibilização, quando os participantes foram convidados a coletar materiais plásticos que fossem encontrados pelo caminho. Essa ação chamou a atenção dos participantes para a necessidade da reflexão sobre como o descarte indevido de lixo pode causar impactos negativos no ecossistema de manguezal.
- **Impacto Sociocultural:** a oficina possibilitou o contato direto entre representantes do *trade*, governança e comunidade, gerando uma sinergia entre esses agentes sociais, de modo que foi percebido o fortalecimento do sentimento de pertencimento dos representantes da comunidade envolvidos na ação, como também, a valorização da identidade cultural pelos visitados e visitantes, sendo identificados, inclusive, fornecedores que ainda não eram reconhecidos na atividade turística, como produtores de alimentos artesanais da Raposa.
- **Impacto Econômico:** a realização do passeio pelo Sesc/MA possibilitou a participação direta da comunidade em todas as etapas do processo, contribuindo para geração de renda e proporcionando o reconhecimento dos fornecedores locais, demonstrando, de forma prática, a viabilidade dos roteiros por eles criados.

O próximo passo do projeto foi criar um portfólio, no qual a própria comunidade possa divulgar junto às agências locais de receptivo, os produtos identificados na oficina.

Considerando a importância da educação para e pelo turismo, a aplicação da metodologia durante a realização da oficina do projeto ‘Aceleração de Rotas Turísticas Sociais’ (A.R.T.S) se constituiu em um processo desafiador, ao reunir pessoas de níveis de escolaridade diversos e com visões

conceituais sobre o turismo, às vezes, divergentes. Nesse sentido, é de vital importância que os ministrantes tenham habilidade para mediar conflito, de modo que, o processo de criação não seja prejudicado.

Com base nessa realidade, na metodologia aplicada, utilizou-se de ferramentas lúdicas e práticas para que toda a programação da oficina ocorresse em, no máximo, oito horas. Apesar da pouca duração do evento, foi possível observar um avanço significativo na comunicação entre os participantes – comunidade, *trade*, poder público – mesmo após a realização do evento, resultando na criação de novas parcerias internas, tais como: Associação das Rendeiras com o Sindicato de Guias de Turismo local e o Sítio Doce Cajueiro, que se transformou em um local estratégico, onde o trabalho das rendeiras pode ser apresentado de forma organizada, já que a Associação não possui prédio próprio.

A experiência adquirida através do projeto ‘Aceleração de Rotas Turísticas Sociais’ (A.R.T.S) demonstrou que é possível reunir representantes dos segmentos que constitui a base para o desenvolvimento da atividade turística, para analisarem em conjunto os potenciais atrativos turísticos do local com possibilidade de criação de roteiro de Turismo Social inovador. Para isso, tornou-se necessário apresentar os princípios teóricos básicos da atividade e, ao mesmo tempo, demonstrar os benefícios sociais e econômicos práticos advindos desse esforço.

Nesse contexto, a atividade Turismo Social do Sesc/MA tem o papel de aglutinador, pois possui a capacidade ímpar para reunir os atores sociais estratégicos, viabilizar o conhecimento e estimular a reflexão sobre a possibilidade de implementação de um turismo mais inclusivo, em que todos os envolvidos possam ser beneficiados, principalmente a comunidade receptora. Para isso, aplicou a metodologia de criação de roteiros inovadores, bem como realizou a venda do roteiro de forma piloto e desbravadora, evidenciando a todo *trade* turístico que a potencialidade do turismo de experiência pode e deve ser tratada como uma realidade viável.

OFICINA DE TURISMO SOCIAL

**VIVER SÃO PAULO
(USP60+ | EACH | USP)**

Por Marcelo Vilela de Almeida



Introdução

Embora Mário Beni afirmasse, nos anos 1990, que “pessoas de todas as classes sociais e de todos os países viajarão para todos os cantos do planeta”¹, não eram até o final do século XX – e ainda não são, de fato – todas as camadas da população que tinham/têm acesso às viagens. Esse e outros fatores levariam à criação de mecanismos que facilitassem a inclusão de determinados grupos nos movimentos turísticos.

Surge, assim, em meados do século XX, a noção de Turismo Social, compreendida como: “o conjunto de relações e fenômenos que provêm da participação no campo do turismo de estratos sociais economicamente débeis; participação que se faz possível ou se facilita por medidas de caráter bem definido, mas que implicam um predomínio da ideia de serviço e não a de lucro”².

As organizações voltadas para a promoção do Turismo Social têm, normalmente, públicos distintos, existindo, em países como Chile, Portugal e Espanha, por exemplo, uma forte preocupação com o turismo para terceira idade. No Brasil, merece destaque nesse campo a ação do Serviço Social do Comércio (Sesc) que, desde os anos 1950, dedica-se ao desenvolvimento do Turismo Social de forma pioneira e exemplar, tendo a terceira idade como seu principal público. Entretanto, apesar de sua importância para a inclusão social nos movimentos turísticos e de lazer de significativas parcelas da população e de seu potencial como instrumento de educação não formal e de promoção da cidadania, o Turismo Social é praticamente ignorado pelo ensino superior de turismo, e é no contexto de enfrentamento desta realidade que este projeto se insere.

Viver São Paulo

A Oficina de Turismo Social – Viver São Paulo, atividade de extensão e pesquisa do Programa USP60+ da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo, tem por objetivo geral possibilitar a ascensão sociocultural dos participantes por meio de encontros quinzenais para a realização de visitas a locais de interesse turístico-recreativo do município

¹ Beni, 1996, p. 73.

² Fúster, 1985, p. 694.

de São Paulo. Entre os objetivos específicos destacam-se: (a) propiciar a sociabilização dos participantes; (b) desenvolver um olhar diferenciado sobre a fruição turística – ainda que ocorrida na cidade em que vivem –, que contemple aspectos como as memórias evocadas pelas visitas e a interação com o patrimônio cultural e natural e o ambiente urbano (mobilidade, acessibilidade, entre outras).

A Oficina de Turismo Social – Viver São Paulo tem sido uma das atividades mais procuradas entre as ofertadas pelo Programa USP 60+ na EACH: em 2023, recebeu mais de 200 inscrições, segundo a secretaria da Comissão de Cultura e Extensão da unidade. Tal procura é resultado, entre outros fatores, do alcance midiático obtido pela atividade, como pode ser verificado nas reportagens realizadas sobre o projeto na TV USP³; na SPTV 1ª edição⁴ e no Podcast USP Momento Cidade⁵.



Figura 1:

Viver São Paulo, Memorial América Latina.

Fonte: Acervo do projeto.

³ Disponível em: <https://youtu.be/2022iNCPS0M>

⁴ Disponível em: <https://globo-play.globo.com/v/5973784/>

⁵ Disponível em: <https://jornal.usp.br/podcast/momento-cidade-26-e-possivel-fazer-turismo-sem-sair-da-nossa-cidade/>

Oferecida desde 2009, a proposta já promoveu visitas a mais de 150 diferentes locais do município de São Paulo, com a atuação de mais de 25 estudantes de diferentes cursos de graduação. Em função da pandemia da Covid-19, as atividades da Oficina passaram a ocorrer de forma *online*, por meio de encontros quinzenais pelo Google Meet, reunindo aproximadamente

100 participantes. Nos encontros, que continuaram a ocorrer após a retomada das atividades presenciais, o grupo tem conhecido equipamentos culturais do Brasil por meio de *lives* apresentadas pelos educadores dos espaços, reproduzindo-se, dentro do possível, as dinâmicas das atividades presenciais.

Resultados

Os resultados desses processos de convívio e aprendizagem intergeracional têm sido constantemente apresentados em eventos, como o Simpósio Aprender com Cultura e Extensão e o 4º Simpósio Internacional de História Pública/5ª Conferência da Federação Internacional de História Pública (agosto de 2018). O projeto deu origem a capítulos de livro publicados no Brasil⁶, em Portugal⁷ e, mais recentemente, artigo na *Revista Mais 60*⁸.

Periodicamente, são realizadas atividades de avaliação tanto dos estudantes envolvidos, como dos participantes das visitas. No caso dos idosos, especificamente, utilizam-se formulários de avaliação das atividades, além da realização de entrevistas (individuais e/ou em grupo) para a obtenção de informações qualitativas que possibilitem um constante aperfeiçoamento do projeto, bem como a realização de estudos a partir dos relatos obtidos. Deve-se destacar o interesse do grupo manifestado pela atenção dada aos monitores dos espaços visitados, pelas perguntas formuladas aos visitantes e pela tomada de notas durante as visitas, revelando o potencial educativo da atividade como estratégia para o envelhecimento ativo e o desenvolvimento da cidadania segundo a perspectiva defendida por Gastal e Moesch (2007).

Para as autoras, as pessoas, moradoras ou usuárias das cidades, fazem parte dos fluxos que percorrem esses espaços. Colocar os moradores das cidades em movimento – assumindo sua condição de fluxos – para fora de suas práticas rotineiras será uma prática a ser incentivada, num mundo marcado pelos novos nomadismos. Esse movimento irá transformar as pessoas em turistas, que irão, no deslocamento, apropriar-se com maior competência dos espaços e situações, num novo exercício de cidadania. Para o cidadão turista, os fixos que compõem a cidade deixam de ser desconhecidos. O território torna-se familiar e, nele

⁶ Almeida & Cachioni, 2012.

⁷ Rodrigues & Almeida, 2018.

⁸ Novak & Almeida, 2019.

e com ele, constrói-se a relação de pertencimento e identificação, pois se passa a compartilhar seus códigos e, de posse dos mesmos, a situar a própria subjetividade em relação aos fixos presentes no urbano.



Trata-se, assim, do conceito de turista cidadão, envolvendo o habitante que desenvolve um relacionamento diferenciado com o local onde mora no seu tempo de lazer, quebrando o modelo existencial da sociedade industrial criticado por Jost Krippendorf (trabalho – moradia – lazer – viagem), de acordo com o qual o lazer – as práticas sociais capazes de restabelecer o equilíbrio físico e emocional do sujeito contemporâneo – só seria possível em lugares distantes da própria residência⁹.

O grupo manifestou forte interesse em continuar participando da Oficina. Além da aprendizagem sobre aspectos da história e da cultura de São Paulo, destacam-se como justificativas para sua continuidade, a quebra da rotina dos idosos, por meio da participação em atividades diferentes daquelas praticadas no dia a dia; a possibilidade de disseminação das informações recebidas junto aos demais grupos dos quais fazem parte; e, sobretudo, a interação dos participantes – incluindo a que ocorre com os monitores do projeto (bolsistas do Curso de Lazer e Turismo da EACH/USP e de outros cursos da universidade), extremamente profícua para a integração entre extensão, ensino e pesquisa.

⁹ Gastal & Moesch, 2007, p. 59-60.

Destaca-se, por fim, o engajamento de estudantes de graduação nas atividades de extensão oportunizadas pelo Programa USP 60+ da EACH, por meio do qual tais atividades são oferecidas. Cabe aos estudantes selecionados¹⁰ providenciar o agendamento das visitas aos locais definidos previamente (o que, normalmente ocorre durante as férias) e manter constante comunicação com os participantes por telefone ou WhatsApp, *e-mail* e *internet*, *blog* da Oficina e páginas/grupos nas redes sociais, além de confirmar as visitas dias antes das datas previstas e de, eventualmente, buscar alternativas para a substituição dos locais a serem visitados em casos de imprevistos. Os bolsistas devem, ainda, participar da seleção dos idosos inscritos; acompanhar as visitas, auxiliando os participantes quanto ao acesso aos locais, interagindo continuamente com os idosos e com os monitores dos espaços e, por fim, participar das atividades de avaliação.

Conclusão

Em função das atividades remotas iniciadas, por causa da quarentena imposta pela pandemia da Covid-19, os bolsistas passaram a organizar as reuniões pelo Google Meet, gerando os *links* para os encontros, divulgando as informações sobre os encontros para os participantes e auxiliando – às vezes de forma individual – os idosos quanto ao uso da tecnologia. Com a liberação da visitação aos espaços, realizou-se o oferecimento alternado de atividades remotas e presenciais. Além de possibilitar o estudo teórico do assunto para os estudantes, oportuniza-se a prática profissional do planejamento e operacionalização de atividades de turismo social, tendo em vista não apenas uma formação tecnicista, mas, sobretudo, o protagonismo na condução de ações de inclusão social por meio da educação para e pelo turismo.

Espera-se, ainda, que os estudantes selecionados continuem envolvidos com tais temas em outros projetos (de monografia, por exemplo), a fim de integrar a ação extensionista à pesquisa e ao ensino – o que já vem ocorrendo em diversos casos.

¹⁰ A equipe é formada, no aqui relatado, pelas estudantes de graduação: Amanda Jacinto Santos, Ana Carolina Nobrega e Silva, Daniela Feitosa Cardoso de Campos, Evelyn Andrade Gonçalves, Larissa Yulico Tsuruda do Nascimento, Leticia Ferreira Hyppolito, Maria Cristina Quirino dos Santos Nogueira e Thamiris Santana de Souza – bolsistas do Programa Unificado de Bolsas de Estudo para Apoio e Formação de Estudantes de Graduação.

Referências Videográficas

Almeida, M. V. de, & Cachioni, Meire. (2012). Lazer e turismo como possibilidades educacionais no contexto da extensão universitária: a experiência da UnATI/EACH/USP. In: Doris van de Meene Ruschmann & Karina Toledo Solha. (Org.). *Turismo e Lazer para a Pessoa Idosa*. pp. 141-170. Barueri: Manole.

Beni, M. C. (1996). Uma nova era para o turismo. In: Tupã Gomes Corrêa (org.). *Turismo e Lazer; prospecções da fantasia do ir e vir*. pp. 73-82. São Paulo: Edicon.

Fúster, L. F. (1985). *Introducción a la Teoría y Técnica del Turismo*. Madrid: Alianza Universidad Textos,

Gastal, S., & Moesch, M. M. (2007). *Turismo, Políticas Públicas e Cidadania*. São Paulo: Aleph.

Novak, P. A. da S., & Almeida, M. V. de. (2019). Turismo, aprendizagem e ativação de memórias: o caso da Oficina de Turismo Social – Viver São Paulo (UnATI/EACH/USP). *Mais 60: Estudos Sobre Envelhecimento*, São Paulo, 30(75), 20-37.

Rodrigues, J. P., & Almeida, M. V. de. (2018). Animação sociocultural e atividades intergeracionais: o turismo social como um facilitador no acesso ao lazer e à cultura. In: Alexandra Mesquita Magalhães; José Dantas Lima Pereira & Marcelino de Sousa Lopes. (Org.). *A Animação Sociocultural e a Educação Intergeracional no Contexto do Envelhecimento no Meio Rural e Urbano: atividades, técnicas, métodos e estratégias para uma vida ativa*. pp. 159-167. Chaves: Intervenção.

Marcelo Vilela de Almeida – Doutor. Docente na Universidade de São Paulo, coordenador do PPG Mudança Social e Participação Política. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1260511786174023> | E-mail: marcelovilela@usp.br

PROJETO DE EXTENSÃO: TURISMO SOCIAL NO DF (CET/UNB): AVANÇOS E DESAFIOS

*Por Emily Gabriela Santos, Gabriel Rahone dos S. Machado,
Gabriela da Cunha Ferreira e Orientadora: Angela Teberga de Paula*



Introdução

O projeto de extensão ‘Turismo Social no DF: Vivendo Brasília para além do tempo de trabalho’ teve início no ano de 2023. Em 2024, definiu-se como objetivo geral: promover passeios turísticos a atrativos culturais, ecológicos e rurais de Brasília/DF a grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade social, sob a perspectiva do turismo social. A ação de extensão iniciou em abril e terminou em 31 de dezembro de 2024, incluindo as etapas de pesquisa bibliográfica sobre Turismo Social; pesquisa e seleção dos locais de interesse para a realização das visitas; agendamento, confirmação das visitas e acompanhamento das visitas; e avaliação das visitas.

Atualmente a equipe é composta por sete participantes, sendo seis discentes do curso de Turismo e a professora coordenadora. A equipe se reuniu para definição da melhor estratégia do público-alvo em 2024 e foi feita análise sobre selecionar um grupo específico ou trabalhar com diversos grupos, como no ano de 2023. Naquele ano, foram realizados passeios com quatro diferentes grupos: alunos da UnB que recebem auxílios socioeconômicos, estudantes indígenas da UnB, integrantes do projeto Maloca, adolescentes em atendimento socioeducativo da Cidade Estrutural e estudantes 45+, participantes do projeto da Universidade do Envelhecer.

Os objetivos e o escopo do projeto, no ano de 2023, foram apresentados em evento do Sesc/DF no ano anterior, quando as autoras evidenciaram os desafios que seriam enfrentados para a realização do projeto¹. Em 2024, o público-alvo vem sendo integrado pelos adolescentes que recebem atendimento socioeducativo, pois foi identificado nesse grupo uma maior vulnerabilidade social e, em decorrência, uma maior dificuldade de acesso às atividades de lazer, já que historicamente foram negligenciados pelas políticas públicas e privadas de lazer no seu direito à cidade.

Assim, atualmente, a comunidade envolvida no Projeto de Extensão são os adolescentes atendidos pela Gerência de Atendimento em Meio Aberto (GEAMA), vinculados à Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, que, por sua vez, faz parte da Secretaria de Justiça e Cidadania do Governo do Distrito Federal. A GEAMA é uma unidade administrativa responsável por coordenar

¹ Santos, Machado, & Paula, 2024.

e supervisionar medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes em conflito com a lei, que cumprem suas penas em liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade. A principal função da GEAMA é a de promover a reintegração social desses jovens, oferecendo suporte e acompanhamento para que possam desenvolver habilidades e comportamentos positivos, contribuindo para a redução da reincidência².

De acordo com o Art. 8º do capítulo III da Lei n. 12.594, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), de 18 de janeiro de 2012: “Os Planos de Atendimento Socioeducativo deverão, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos, em conformidade com os princípios elencados na Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 [Estatuto da Criança e do Adolescente]”³.

No primeiro semestre de 2024, o projeto foi desenvolvido, com a participação da GEAMA da Região Administrativa do Paranoá e Itapoã, já tendo sido realizados dois passeios juntamente com os adolescentes e suas mães, para conhecer os principais atrativos e espaços/instalações turísticas que existem no Distrito Federal. O objetivo dos passeios foi o de desenvolver uma perspectiva diferenciada sobre o turismo em Brasília, que inclui aspectos como memórias produzidas por meio de visitas e interações com os patrimônios culturais e naturais. Para os próximos meses, a equipe do Projeto atuará com outras unidades que também demandaram por essa ação, tais como as do Gama e Guará.

A equipe atual também entendeu que deveria realizar encontros prévios ao passeio. Uma dupla de extensionistas foi à GEAMA, durante os meses de maio e junho, para realizar dinâmicas e debater sobre a percepção que os adolescentes possuíam sobre o lazer praticado por eles. Durante essa discussão, os participantes afirmaram não existirem opções de lazer na RA além dos bares e do lago e que, por isso, o lazer era comumente relacionado apenas ao uso de álcool e entorpecentes. Os adolescentes também afirmaram que não enxergam a “cultura do Paranoá”, pois a maioria das festas realizadas na cidade tem relação com a Igreja Católica. Já os eventos

² Brasil, 2016.

³ Brasil, 2012

realizados fora da RA, especialmente no Plano Piloto, são percebidos como elitistas e não se sentem bem recebidos, pois todas as vezes que foram ao Plano sentiam-se oprimidos pela Polícia Militar e receberam diversos olhares de julgamento.

Uma das partes mais desafiadoras do Projeto foi iniciar o diálogo nos encontros, já que era perceptível o choque cultural e de linguagem entre os adolescentes e os extensionistas. Todavia, em pouco tempo, houve um entrosamento interessante e frutífero, a partir da proposição de temas para discussão que interessavam a eles, como a escrita de letras de *rap* e *trap*.

Metodologia

Os alunos responsáveis pela iniciativa escolheram a instituição através de pesquisa e votação, sendo de comum acordo que trabalhassem com o GEAMA do Paranoá. Ficou decidido, através de uma reunião, que dois alunos visitariam o local toda semana, para conversarem com os adolescentes e responsáveis pelo projeto e se enturmar, a fim de facilitar a comunicação com eles. Após algumas semanas de observação, foi decidido, através de reunião, que o primeiro passeio realizado seria com as mães dos adolescentes. Foi questionado a elas, locais que gostariam de visitar em Brasília e, com isso, os pontos turísticos foram escolhidos. Para o segundo encontro – dessa vez com os adolescentes – os responsáveis do GEAMA pediram para que os menores fossem levados a uma visita pela Universidade de Brasília, a fim de incentivar o foco em sua vida acadêmica.

Passeio 1 – Roteiro por Brasília com as mães dos adolescentes em atendimento na GEAMA. O passeio com as mães dos adolescentes em atendimento na GEAMA teve como objetivo apresentar o Projeto, além de contribuir para que saíssem temporariamente de sua rotina cotidiana, visando ao lazer e ao aprendizado sobre os principais atrativos turísticos do Plano Piloto. Os locais de visita foram escolhidos após fazer uma pequena pesquisa entre elas, de locais em Brasília que tivessem vontade de conhecer. Foram escolhidos a Catedral, o Museu da República e a Praça dos Três Poderes, pois elas tinham muita vontade de ver como eram não só de passagem,

pois são locais com a arquitetura muito bonita e isso gerava uma curiosidade de como seriam.

O roteiro teve início na Catedral, onde conheceram o subsolo e o térreo. Um extensionista explicou um pouco da história, da arquitetura e do funcionamento do local. Em seguida, seguiram ao Museu da República, onde foi possível ver as exposições de Revolução Orias – Fotografias de Uliano Lucas; Osvaldo Orias – Cintilâncias; e Zimar – Um olhar curioso à cazumba. As mães gostaram muito das exposições, tiraram fotos e contaram histórias de suas infâncias que se relacionavam com o tema.

Após a visita ao Museu, houve uma pausa para um lanche coletivo. Foi um momento de distração e afeto, pois foi possível saber mais sobre a vida delas e sua opinião a respeito do passeio que estava sendo realizado. Alguns depoimentos foram muito expressivos, tais como: *“Às vezes, a gente até quer conhecer esses lugares, mas falta oportunidade, vocês deram a oportunidade para gente conhecer!”* e *“A vida de dona de casa é só trabalho, casa, filho, a gente não vive... Aí, não conheço nada, não saio para lugar nenhum”*. Depois do lanche, o passeio seguiu para a Praça dos Três Poderes, onde todos puderam tirar fotos e escutar a explicação sobre a arquitetura através da monitoria de uma das extensionistas.



Figura 1:
Mães dos adolescentes em frente ao Palácio do Planalto.
Fonte: Arquivo de pesquisa (2024).

Passeio 2 – *Visita à Universidade de Brasília*. Esse passeio contou com 11 jovens da Geama Paranoá. O propósito, ao realizar essa visita, foi o de aproximar os jovens da Universidade, de maneira a despertar sua curiosidade e incentivar o desejo de fazer parte da instituição, mostrando que o espaço acadêmico pode e deve ser ocupado por eles. A ideia surgiu da necessidade de mostrar que há lugares a serem preenchidos por eles, destacando a universidade pública como uma alternativa viável e relevante e buscando aproximá-los do ambiente acadêmico.

Durante a visita, houve momentos de diálogo, em que ficou evidente que muitos adolescentes acreditam que a universidade pública é destinada apenas à elite. Esse pensamento surgiu em um momento em que os processos seletivos das universidades tratavam os candidatos como “iguais” em oportunidades, privilegiando, portanto, aqueles que tinham acesso à educação básica de melhor qualidade. Somado a isso, muitos jovens permanecem distantes do ambiente universitário, pois precisam trabalhar para sustentarem a si e a suas famílias.

Felizmente, nas últimas décadas, passaram a existir políticas de democratização do acesso às universidades públicas (como os sistemas de cotas ou vestibulares para públicos específicos), além do aumento das políticas das próprias universidades que visam a garantir a entrada e a permanência do corpo discente, cada vez mais diversas. No entanto, ainda se está longe de um cenário ideal, como questionou o antropólogo e fundador da Universidade de Brasília, Darcy Ribeiro, em seu discurso ao então reitor Cristovam Buarque: “A esta altura, o desafio que se coloca diante de vocês, meus queridos colegas, meus queridos estudantes da Universidade de Brasília, é perguntar: Universidade de Brasília, para quê? Universidade de Brasília, para quem? O Brasil precisará de mais uma universidade conivente?”⁴ (Ribeiro, 1994). Esse questionamento permanece relevante até hoje. No entanto, se os jovens que enfrentam diariamente a necessidade de sobreviver começarem a ver a educação como uma saída e a universidade como um espaço que lhes pertence, haverá um avanço significativo.

⁴ Ribeiro, 1994.

Na oportunidade, ouviram-se comentários como: “Nunca pensei que viria aqui”, “Quero estudar Direito para poder ser mais folgado e os policiais não me oprimir”, “Gostei em como é grande e eu posso conhecer todo esse espaço”, “Quando eu terminar o colégio, é pra vocês me ajudarem a passar pra cá”, “Aqui é um ambiente de pessoas diferentes, não parecem nem um pouco com o pessoal que eu ando”, “Aqui é um lugar que as pessoas parecem ser muito bem-educadas, tudo está limpo e as pessoas parecem tranquilas”. Foi possível presenciar e alegrar-se com o entusiasmo que alguns demonstraram pela universidade e o desejo de fazer parte da UnB.



Figura 2:

Participantes do projeto no Teatro de Arena, local de resistência UnB.

Fonte: Arquivo de pesquisa (2024).

Considerações

O objetivo, como Projeto, é mudar a percepção dos adolescentes em medidas socioeducativas que, apesar de sua pouca idade, já sentem que teriam uma sentença de vida definida, assim como a de seus familiares. Optou-se por mostrar-lhes outras realidades, culturas e oportunidades de lazer. Se, durante as visitas, ao menos um adolescente começasse a perceber que há muito mais no mundo a ser explorado, que vale a pena conhecer o novo, aventurar-se em diferentes experiências, ou até mesmo sentir seu senso crítico despertar, considerar-se-ia como uma conquista significativa.

A partir dos diálogos construídos com os participantes envolvidos, em 2023 e no primeiro semestre de 2024, percebeu-se que o lazer permanece sendo privilégio de uma minoria, além de as cidades não investirem em espaços e equipamentos de lazer para a população. Jost Krippendorf afirma: “Ainda que diretamente ligado à urbanização, o custo do lazer não é levado em consideração pelas cidades, que não se sentem responsáveis pelo mesmo e nem o assumem”⁵.

Além disso, o sentimento de não se sentir bem na cidade onde se mora gera a falta de pertencimento ao lugar, contribuindo para a desvalorização do tempo de lazer como um momento de desenvolvimento pessoal e de compartilhamento de afetos entre a própria comunidade. A intenção desse Projeto é também, por isso, muito mais que promover visitas a atrativos turísticos como um fim em si mesmo, mudar a percepção dos participantes sobre a importância da prática do lazer e o direito à desconexão das obrigações cotidianas.

⁵ Krippendorf, 2006, p. 31.

Referências

Brasil. (2012). *Lei n. 12.594*, de 18 de janeiro de 2012. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. (2016). *Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*. Brasília – Distrito Federal.

Krippendorf, J. (2006). *Sociologia do Turismo*: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph.

Ribeiro, D. (1994). *Universidade, para quê?* Universidade de Brasília. Recuperado de: <https://fundar.org.br/universidade-para-que/>

Santos, E. G., Machado, K., & Paula, A. T. de. (2024). Turismo Social no DF: vivendo Brasília para além do tempo de trabalho (Projeto de Extensão/UnB). In: *Anais... 1º Congresso Brasiliense de Turismo Social*, Sesc-DF. 2. Brasília, DF: Sesc/DF.

Emily Gabriela Santos – Bacharelanda em Turismo, Universidade de Brasília. *E-mail*: gabriela.emily02@gmail.com

Gabriela da Cunha Ferreira – Bacharelanda em Turismo, Universidade de Brasília. *E-mail*: gabrielaaferreira09@gmail.com

Gabriel Rahone dos S. Machado – Bacharelando em Turismo, Universidade de Brasília. *E-mail*: gabriel.rahone@aluno.unb.br

Angela Teberga de Paula – Doutora. Docente no Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3543811641636104> | *E-mail*: angela.paula@unb.br

A PRÁTICA DO TURISMO SOCIAL NO SESC/DF: HORIZONTES PARA UM TURISMO POSSÍVEL

Por Tathiana de Alcantara Macedo Daou



Introdução

O lazer não é acessível a todos, embora seja um direito social garantido na Constituição de 1988. São diversos os fatores que tornam o lazer algo elitizado, no entanto, a questão econômica é uma das principais. Duarte (2015) propõe uma conexão entre os direitos fundamentais e o direito ao lazer, de modo que o segundo possa ser exercido mediante a ocorrência do primeiro, propondo possibilidades que passem por ampliação de carga horária escolar para usufruto do lazer e integração de trabalho e qualidade de vida. O autor conecta o lazer e a cidadania de modo que seja superada “a escassez e o mero assistencialismo na busca pela efetivação do direito ao lazer”.

Nesse contexto, em que o lazer não é para todos e as políticas públicas nem sempre são suficientes, o Serviço Social do Comércio (Sesc) desponta como uma referência na democratização do acesso ao lazer, em especial para trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo e seus dependentes. Para pleno atendimento aos seus clientes, o Sesc/DF apresenta diversas áreas de atuação: Assistência, Alimentação, Cultura, Educação, Esporte e Lazer, Mesa Brasil, Projetos Sociais, Saúde, Bibliotecas e Turismo Social.

O objetivo deste texto é o de demonstrar como o Sesc operacionaliza uma de suas áreas – o Turismo Social, no âmbito do Distrito Federal –, por meio de uma análise documental e experiências de trabalho. Para isso, elencam-se atividades do Turismo Social do Sesc DF, apresenta-se o número de pessoas atendidas por categoria de credencial e avalia-se se a operacionalização da atividade atinge o objetivo social proposto.

O Turismo Social no Sesc/DF

A missão institucional do Sesc é normatizada pelo Referencial Programático, um documento interno que coloca as atividades desenvolvidas em seis grandes programas, sendo um deles o Programa Lazer que se divide em Desenvolvimento Físico-Esportivo, Recreação e Turismo Social. O Turismo Social se desdobra em duas modalidades: Turismo Emissivo (excursões e passeios) e Turismo Receptivo (hospedagem). Essa perspectiva teórica subsidia

as práticas do Turismo Social, que se organizam em uma Coordenação de Turismo Social que concentra todo planejamento, operação e execução das atividades e as Centrais de Turismo distribuídas em seis unidades do Sesc Taguatinga Norte, Ceilândia, Gama, 913 Sul, 504 Sul e Guará que objetivam atender os clientes finais.

A lógica pode ser comparada ao do mercado de turismo convencional, à medida que a Coordenação funciona como uma operadora e as centrais como agências de viagens. No entanto, a diferença em relação ao mercado é que o Turismo Social do Sesc organiza seus roteiros com base no previsto na Declaração de Montreal e Adendo de Aubagne, priorizando os aspectos previstos no Artigo 14 que, resumidamente, propõe atividades com metas humanistas, produto com valor agregado não econômico, inserção não perturbadora no ambiente local e preços justos.

Interessante salientar que o Turismo Social se afasta essencialmente do Turismo convencional, uma vez que seu foco é no desenvolvimento humano e no exercício da atividade de forma justa, sustentável e solidária. No entanto, o Turismo Social acontece no mesmo contexto capitalista e, por mais que atue de forma distinta, apropria-se das lógicas de mercado para o desenvolvimento da atividade.

Figuras:
Materia promocional.

Fonte: Acervo Sesc DF
Turismo Social.



Atividades do Turismo Social Sesc/DF

As atividades do Turismo Social do Sesc, no Distrito Federal, dividem-se em: excursões terrestres e aéreas, passeios turísticos de um dia, receptivos, passeios pedagógicos, hotelaria, além de todo o apoio técnico nas atividades correlatas, como: disponibilização de ônibus, aéreos e hospedagem para viagens corporativas. Somado a essas, estão os projetos sociais específicos da área: Projeto Explorando a Capital, Excursões do Programa de Comprometimento e Gratuidade *Embarque na Inclusão*, os apoios institucionais envolvendo viagens e passeios.

Em geral, as excursões terrestres e aéreas (que incluem pernoite) e passeios (não apresentam pernoite) acontecem em três estágios: um estágio inicial de planejamento e aquisição de serviços; a execução da atividade e o pós-viagem com recolhimento de opiniões e pagamentos de fornecedores. Iniciam com a roteirização, aquisição dos serviços necessários por meio dos contratos celebrados entre Sesc e fornecedores, e vendas aos clientes finais. Os roteiros são elaborados de forma a contemplar o maior número de refeições e atividades no preço final, de modo que os excursionistas não gastem muito mais do que aquilo que foi pago inicialmente.

Durante as excursões, passeios e receptivos, o grupo é acompanhado por um analista do Sesc, um guia de turismo nacional e um guia regional. A hospedagem ocorre preferencialmente em hotéis do Sesc ou em hotéis de padrão similar e incluem além de algumas passagens em atrativos turísticos conhecidos, experiências que fujam do tradicional e que insiram a comunidade receptora. As atividades destoantes desse processo seguem em detalhes.

- **Hospedagem** – Acontece em parceria com um hotel da cidade, por meio de contrato de arrendamento celebrado entre as partes. As reservas são realizadas exclusivamente pelo *site* do Sesc/DF.
- **Receptivo** – São solicitados por outros departamentos regionais do Sesc, com o objetivo de atendê-los com todos os serviços necessários para o grupo, tais como hospedagem, *transfer*, *city tour*, passeios e viagens a cidades próximas.

- **Passeios pedagógicos** – São solicitados pelas unidades de Educação do Sesc, denominadas Edusesc. Geralmente, são passeios, mas também podem ser excursões com finalidade pedagógica, fora do horário de aulas e que dialoguem com o conteúdo apresentado em sala.

As demais atividades do setor envolvem as mesmas características de concepção já descritas, embora nos casos dos projetos funcionem de maneira própria, já que são totalmente custeadas pelo Sesc/DF. Alguns pontos merecem destaque: antes das excursões aéreas, os excursionistas participam de uma reunião pré-viagem com todas as informações necessárias para o evento.

Assim, mesmo que o cliente nunca tenha viajado de avião, por exemplo, receberá todas as instruções necessárias para fazê-lo de maneira mais confortável. Detalhes como *check-in* no aeroporto e no hotel são realizados pela equipe técnica que acompanha o grupo; o consumo não é incentivado e a socialização é promovida, inclusive, na distribuição de quartos compartilhados entre pessoas do mesmo gênero, que aceitem o compartilhamento, com a finalidade de reduzir custos e conhecer novas pessoas.

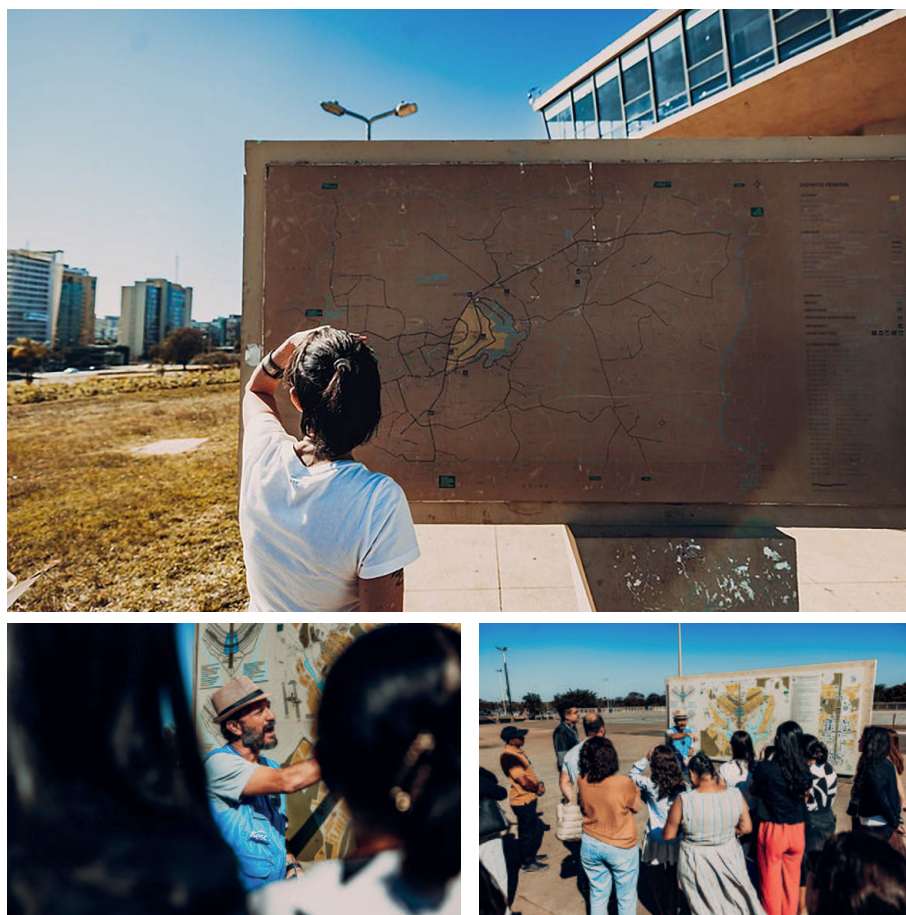
Um diálogo entre duas excursionistas (uma ganhadora da excursão por meio de premiação em um evento promovido por uma emissora de televisão em parceria com o Sesc e a outra compradora assídua de diversas excursões do Sesc) ilustram a riqueza de diversidade e aprendizado de um encontro em uma das viagens do Sesc: a segunda descrevia sua dificuldade em encontrar uma diarista e a primeira respondia o quanto ela deveria valorizar aquela profissão, já que ela mesma era uma diarista. O desfecho foi uma conversa rica em aprendizado para todos os envolvidos, com dois olhares diferentes para um mesmo tema.

Os excursionistas do Sesc/DF

As excursões acompanhadas pelos analistas transformam a experiência em grandes trocas, os clientes se integram, criam seus vínculos com os analistas que vendem a excursão e os que acompanham o grupo, por isso a intenção não é de transformá-los em números, mas possibilitar uma visão abrangente do público alcançado pela atividade com vistas a uma análise.

Do primeiro dia do ano ao dia 31 de julho, passaram pelas excursões terrestres e aéreas e passeios do Sesc 1532 pessoas, sendo 138 trabalhadores do comércio, 286 dependentes de trabalhadores do comércio, 559 pertencentes à categoria gerontologia (categoria que credencia idosos), sendo 205 pertencentes ao Grupo dos Mais Vividos (GMV) – idosos que participam com assiduidade confirmada por equipe de assistência social das atividades do Sesc para este público – e 354 de outras categorias cadastradas por credencial do Sesc/DF.

Os números apresentados indicam que o público atendido pelo Sesc é, em sua maioria, idosos que, geralmente, apresentam tempo livre, renda para usufruir de viagens e motivação para viajar. Em segundo momento, são os trabalhadores do comércio e seus dependentes, demonstrando que o público prioritário do Sesc vem sendo alcançado também.



Figuras:

Tour Brasília Cultural.

Fonte: Acervo Sesc DF.



Figura:

Tour Rock in Rio.

Fonte: Acervo Sesc DF.



Figuras:

Tour Brasília Cultural.

Fonte: Acervo Sesc DF.



Reflexões finais

O Turismo Social busca entre outros objetivos, proporcionar um turismo mais justo, solidário, sustentável e humano. A simples menção, presente nas principais políticas públicas, de que o turismo deve atuar como indutor do desenvolvimento local e gerador de emprego e renda já não se mostra suficiente. Isso porque a mera inserção da comunidade local no mercado de trabalho turístico não garante, necessariamente, seu desenvolvimento, nem assegura condições para que ela própria usufrua do lazer que oferece aos visitantes por meio de sua atividade laboral.

O Sesc traz a proposta da democratização do lazer, sobretudo ao seu público prioritário, sem deixar, no entanto, de alcançar a parcela da população mais vulnerável por meio de seus projetos sociais, alguns deles ligados diretamente ao Turismo Social. Na prática, o Sesc se preocupa com um turismo com conteúdo voltado para a aprendizagem de seus participantes e que proporcione experiências que envolvam as comunidades autóctones. No entanto, deve se utilizar dos mecanismos legais pertinentes para aquisição dos serviços, a exemplo dos contratos celebrados pela instituição.

Por um lado, essa estrutura fortalece a cadeia produtiva do turismo, já que possibilita a aquisição de uma passagem aérea de uma agência consolidadora, por exemplo, no lugar de comprá-la diretamente de uma companhia aérea. Por outro lado, dificulta a contratação de pequenos produtores, figurando um outro exemplo, que não possuem a documentação necessária. O preço de uma excursão torna-se inacessível em alguns casos, mesmo que as condições de pagamento sejam facilitadas, principalmente, pelo cenário econômico vigente. No entanto, o Sesc busca minimizar essa lacuna ao subsidiar excursões totalmente gratuitas por meio do Projeto Embarque na Inclusão.

Um turismo para todos ainda é uma realidade distante, mas a experiência de trabalhar com o Turismo Social do Sesc/DF abre horizontes sobre caminhos possíveis para tal realização. Este resumo buscou trazer um esboço do trabalho desempenhado sem nenhuma intenção de apresentá-lo em sua totalidade, mas aguçar a curiosidade para estudos aprofundados que almejem entender cada vez mais o Turismo Social e torná-lo prática constante e comum não só no Sesc, mas em várias outras frentes.

Referências

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Senado Federal.

Duarte, B. A. F. (2015). Recriando o direito ao lazer. In: Christianne Luce Gomes & Hélder Ferreira Isayama (Org.). *O Direito Social ao Lazer no Brasil*. pp. 23-44. Campinas, SP: Autores Associados.

Sesc/DF. (2023). *Áreas*. Serviço Social do Comércio no Distrito Federal. <https://www.sescdf.com.br/Paginas/Institucional/Default.aspx#>

Sesc/DF. Sistema de Turismo. (2023). *Relatório Socioeconômico*.

Sesc/DN. (2015). *Referencial Programático do Sesc*. Rio de Janeiro: Sesc – Departamento Regional.

Organização Internacional de Turismo Social. (1996). *Declaração de Montreal*. Recuperado de: https://issuu.com/turismosocial/docs/declaracao_de_montreal.

Tathiana de Alcantara Macedo Daou – Mestra. Analista de Suporte à Gestão, Turismo Social, Serviço Social do Comércio, Sesc/DF; Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2747214676815839> | E-mail: tathianam@sescdf.com.br